

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O QUE É SER
MULHER EM 2026?

O ELEVADOR QUEBRADO
DA MOBILIDADE SOCIAL

ENTREVISTA

Tatiana Pinheiro

“Toda economia pode crescer, mas se a produtividade é baixa, há inflação.”

HISTÓRIA

Morte de Mao Tsé-Tung

Há 50 anos, fim da Revolução Cultural cria a era do socialismo de mercado

A cara do Brasil

LONGE DOS
EXTREMOS
IDEOLÓGICOS,
MAIORIA DA
POPULAÇÃO QUER
SOLUÇÕES CONCRETAS
PARA MELHORAR
DE VIDA



Procurando aprendiz?

Tem jovem no Senac!



**CONHEÇA O
PROGRAMA SENAC DE APRENDIZAGEM**

sp.senac.br/jovem-aprendiz

PRESIDENTE Abram Szajman

VICE-PRESIDENTE Ivo Dall'Acqua Júnior

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

PB

revistapb.com.br

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio
Lanzana, Caio Magri, Carol Castro, Herbert Carvalho,
Leandro Garcia, Luciana Alvarez, Nanci Vieira, Pâmela
Brito, Paulo Delgado, Thais Herédia e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

REDES SOCIAIS

CONTEÚDO Giovanna Costanti

DESIGN Lilian Doring

TRÁFEGO João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade
de seus autores e não refletem a opinião da PB.
A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #491

O debate público sugere um Brasil profundamente polarizado. No entanto, pesquisas indicam que a divisão extrema envolve apenas uma minoria do eleitorado brasileiro. Enquanto isso, a maioria não se identifica com os polos de direita ou de esquerda, compartilha valores semelhantes e está mais preocupada com questões práticas — como emprego, saúde, segurança — do que com disputas ideológicas.

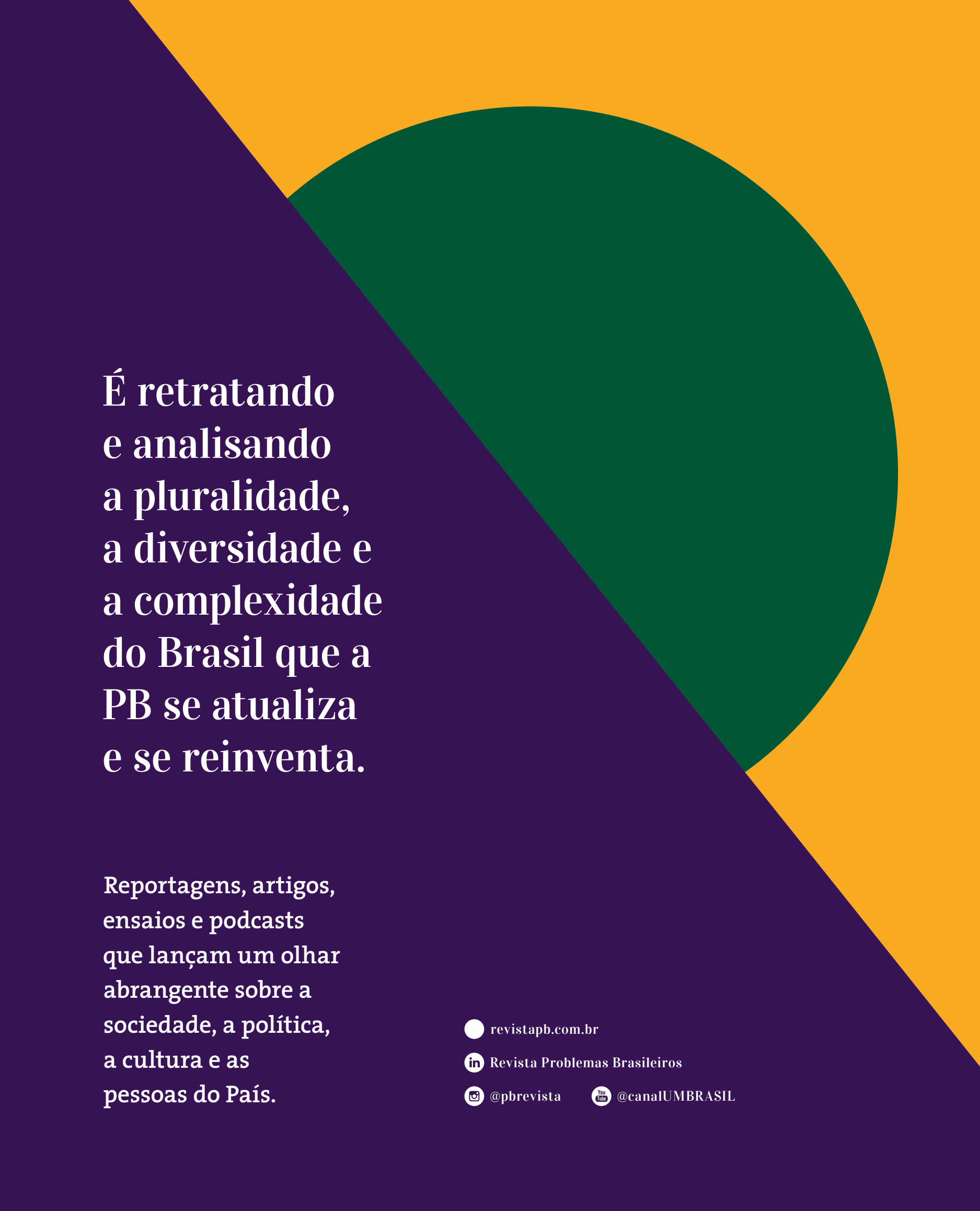
A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes — não só para a classe empresarial, como também para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](https://www.instagram.com/revistapb)

 [@pbrevista](https://www.facebook.com/revistapb)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)



É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que a
PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](#)

 [@pbrevista](#)

 [@canalUMBRASIL](#)



o
r
o
v
i
q
u
i
r
o
v
i
q
u
i
r

Maioria silenciosa

A tônica das disputas políticas da última década delineou um cenário polarizado entre esquerda e direita, levando-se a supor que o brasileiro decide seu voto, majoritariamente, por afinidades ideológicas.

Uma aferição mais aprofundada dos anseios da sociedade traz, no entanto, nuances que merecem atenção e despertam certa dose de otimismo: somente 11% da população se identifica com os dois extremos (em torno de 5% para cada polo). Embora sejam uma parcela minoritária da população, o protagonismo dos radicais no debate público produz a sensação de uma nação permanentemente em guerra política. A realidade, como demonstra a reportagem de capa desta edição, é diferente — 54% dos brasileiros não se consideram nem de esquerda, nem de direita, nem de centro.

Essa maioria silenciosa compartilha valores semelhantes e está mais preocupada com questões práticas, como emprego, saúde e segurança. Também está farta de discussões morais e identitárias, que pouco têm a ver com seus problemas reais. Em outras palavras, a polarização chegou a um limite e acabou por gerar um grupo intermediário de pessoas cansadas e indecisas. Apesar das diferenças e segmentações, grande parte dos eleitores apresenta algo em comum. Progressistas e conservadores têm diferentes visões de mundo, mas compartilham dores, problemas, valores e esperanças. Isso significa que há espaço para os candidatos minimizarem tudo aquilo que os divide e focarem em soluções concretas para problemas objetivos do País.

Dialogar com a maioria para transformar cansaço em participação e substituir a guerra moral por disputas de projetos para o Brasil. Esse é o caminho para qualificar o pleito que se aproxima e consolidar a democracia como instrumento para o desenvolvimento econômico e a redução de nossas profundas desigualdades.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



EQUAÇÃO DO CRESCIMENTO

Entrevista THAIS HERÉDIA
Edição de texto DIMALICE NUNES

“TODA ECONOMIA PODE CRESCER, MAS SE A PRODUTIVIDADE É BAIXA, HÁ INFLAÇÃO. E PARA CONTROLAR A INFLAÇÃO, OS JUROS SOBEM.” A ADVERTÊNCIA É DA ECONOMISTA-CHEFE DA GALÁPAGOS CAPITAL, TATIANA PINHEIRO. A PRODUTIVIDADE PATINA NO BRASIL, À EXCEÇÃO DO AGRONEGÓCIO, CITA A ECONOMISTA. ELA TAMBÉM LEMBRA QUE ESSE INDICADOR É FUNDAMENTO BÁSICO PARA UM DESENVOLVIMENTO SÓLIDO E SUSTENTÁVEL E QUE FALTA PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO PARA SUPERAR A BAIXA PRODUTIVIDADE. A SAÍDA? EDUCAÇÃO. “ANTES, EU AFIRMAVA QUE TEMOS DE RESOLVER O FISCAL PARA REALMENTE ENTRAR NA PÁGINA QUE INTERESSA AO PAÍS, QUE É A REFORMA DA EDUCAÇÃO, PENSAR A PRODUTIVIDADE. HOJE, AVALIO QUE ESSAS DUAS COISAS ESTÃO JUNTAS”, RESUME.

A grande discussão econômica no Brasil é a gestão das contas públicas, um debate que nos acompanha há pelo menos duas décadas. E não é coincidência o fato de estarmos também com a maior taxa de juros em 20 anos. Qual é a sua leitura desse desafio que não nos liberta?

Nesses 20 anos, várias estratégias foram colocadas na mesa. E onde elas sempre esbarram? Na decisão do que cortar na carne. O teto de gastos foi, em 2018, uma ótima estratégia. No primeiro e no segundo anos, quando se tinha gordura, transcorreu bem. Quando chegou a hora da compressão, da decisão de onde alocar o orçamento, começou a subir o teto, a surgirem buracos, tornou-se um teto retrátil. As medidas esbarram na decisão difícil que a sociedade tem de tomar de onde quer gastar. Todo mundo é a favor de uma reforma de custos, mas gastamos mais de R\$ 500 bilhões em subsídios tributários.

O Brasil acomodou-se a conviver com a fragilidade fiscal? Tem prazo para isso?

Prazo tem. A saída que sempre vimos foi o corte das despesas discricionárias, as não obrigatórias. Esse é o limite e está muito próximo, porque 92% das despesas são obrigatórias e restam cerca de 8% para as discricionárias. O que são essas discricionárias? A manutenção dos prédios públicos, a energia, a água, o papel — todo o custeio da máquina mais os investimentos. Estamos muito perto do momento de não ter dinheiro para a manutenção. Então, é preciso uma decisão da

sociedade. Do contrário, vamos bater com a cara no muro. Parece uma situação de sequestro, na qual não se conhece outra realidade. Grande parte dos gastos obrigatórios, os 92%, está na Constituição. São cláusulas pétreas que atrapalham um ajuste mais efetivo das contas públicas. Começa com a redemocratização, que teve um custo. Nossa transição foi mais suave se comparada com as de outros países da América Latina. Mas, do meu ponto de vista, o custo foi fiscal, uma Constituição que dá muitos direitos que precisam ser custeados. O que a União fez para esse financiamento? Uma carga tributária toda emaranhada. E tudo dentro da Constituição. Há uma rigidez, e o custo foi também a rigidez das contas públicas. Atualmente, para se fazer um ajuste fiscal permanente e realmente efetivo, é preciso mexer na Constituição. Esse é o imbróglio.

Ainda falta uma compreensão do que fazer e sobre a importância de um ajuste fiscal?

Cabe a comparação com outros países?

Não com uma taxa de juros básica de 15%. De toda a dívida, 47% são financiados com títulos indexados pela taxa Selic e os outros 53%, com títulos de juros prefixados ou indexados pela inflação. As economias avançadas são altamente endividadas, mas têm uma taxa de juros de 2% a 4%. Nos Estados Unidos, é de 4,25%. Muitas têm juros menores que a taxa de crescimento, ou que a taxa de crescimento somada à inflação. São claramente solventes. O problema do Brasil, e das economias emergentes, é que o patamar de juros é muito maior do que o do crescimento nominal da economia. Os emergentes não podem ter um patamar de endividamento igual ao das economias avançadas, porque, quanto mais endividados, mais juros são cobrados para financiar essa dívida. Um patamar de juros não compatível com o crescimento leva à dúvida de solvência. É um círculo vicioso. E o endividamento concorre com o investimento, porque o governo, para se financiar, oferece taxas de juros cada vez mais altas. Entre um título público ou uma nova empresa, é lógico que o capital migra para o título público. É por isso que não podemos comparar o grau de endividamento das economias avançadas com o das emergentes.

Apesar desse quadro, a economia brasileira tem surpreendido com o seu crescimento.

O Brasil pode crescer mais mesmo sem enfrentar as suas fragilidades, como a política fiscal e a baixa produtividade?

Toda economia pode crescer, mas se a produtividade é baixa, há inflação. E para controlar a inflação, a taxa de juros sobe. É mais ou menos o que estamos vendo no Brasil ao longo do tempo. Produtividade é uma variável de longo prazo. O que a impacta são elementos efêmeros, variáveis, muitas vezes não observáveis. E o que altera essas variáveis de longo prazo? Principalmente a qualidade da força de trabalho, a educação e o planejamento. Os grandes sucessos do Brasil — que são poucos, mas importantes — contaram com um plano por trás. Falando de produtividade especificamente, o setor que cresce ano após ano, pelo menos nos últimos 30 anos, é o Agropecuário. Quando se mede produtividade numa conta simples, que é horas-homem, na Indústria e nos Serviços andou de lado ou até caiu ao longo desse percurso. A única área que cresceu sustentavelmente foi a Agropecuária. Olhando para a história, teve a Embrapa. Esse setor foi planejado. Lá na década de 1970, houve uma união entre universidade e setores privado e público para pensar em como fazer a terra ser mais produtiva. E isso tem dado resultados até agora. Com a Embrapa, a história é parecida: investimento



em educação, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Teve a ver com produtividade também quando nos livramos da hiperinflação. Foi um superchoque de produtividade na economia. O que é o Plano Real? O desenho já estava ali, mas houve a aposta do lado político, a caneta do presidente. Foi um dos maiores saltos de produtividade no País. O Executivo e o Congresso não estão comprometidos com o fiscal já há algum tempo. O que precisamos é dessas canetas. Em algum momento, tanto o Executivo quanto o Congresso usaram as canetas para criar a Embrapa, o ITA e o Plano Real. Precisamos desse conjunto — não só do Executivo, mas do Legislativo também — cada vez mais, porque é o Legislativo, muitas vezes, que dá a última palavra.

Trata-se de uma reflexão que diz respeito ao governante e ao legislador, mas também sobre a posição do eleitor. O que você espera desse debate neste ano de eleições?

O que eu espero não vai acontecer, porque debate fiscal não dá voto. No Brasil, o muro está chegando, já que o espaço de corte, de contenção dos gastos discricionários, está no limite. O Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal contabilizou que, em 2027, já não haverá orçamento para a manutenção da máquina administrativa. As agendas precisam se voltar para como vamos administrar a política fiscal.

O que é possível, não sonho, é enfrentar as desindexações: desindexar o que foi indexado ao crescimento de receita. Por quê? Porque o que podemos fazer com crescimento de receita é vinculado ao crescimento econômico — e, aí, com grau de endividamento alto, há concorrência com o investimento e poda-se o que poderia crescer. Ou com aumento de carga, que também não é mais viável. Então, como fica a indexação do gasto se não é possível manter o ritmo de aumento da receita? A educação é a chave para destravar a produtividade, a chave para realmente ter um plano para o Brasil do ponto de vista social. O orçamento brasileiro para a Educação não é pequeno. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é o mesmo que vemos em economias avançadas. São 5,6% do PIB para o Ministério da Educação no Brasil e 5,6% na Dinamarca. Mas ao se analisarem os resultados de proficiência dos alunos da rede pública, não há comparação. E não é nesse governo, é comparação histórica. Antes, eu afirmava que temos de resolver o fiscal para realmente entrar na página que interessa ao País, que é a reforma da Educação, pensar a produtividade. Hoje, avalio que essas duas coisas estão juntas. Então, a discussão sobre a eficiência dos programas e a eliminação daqueles que não são eficientes é intrínseca. Ao se debater o que tem de ficar e o que tem que sair, libera-se dinheiro para dar esse passo para a produtividade.

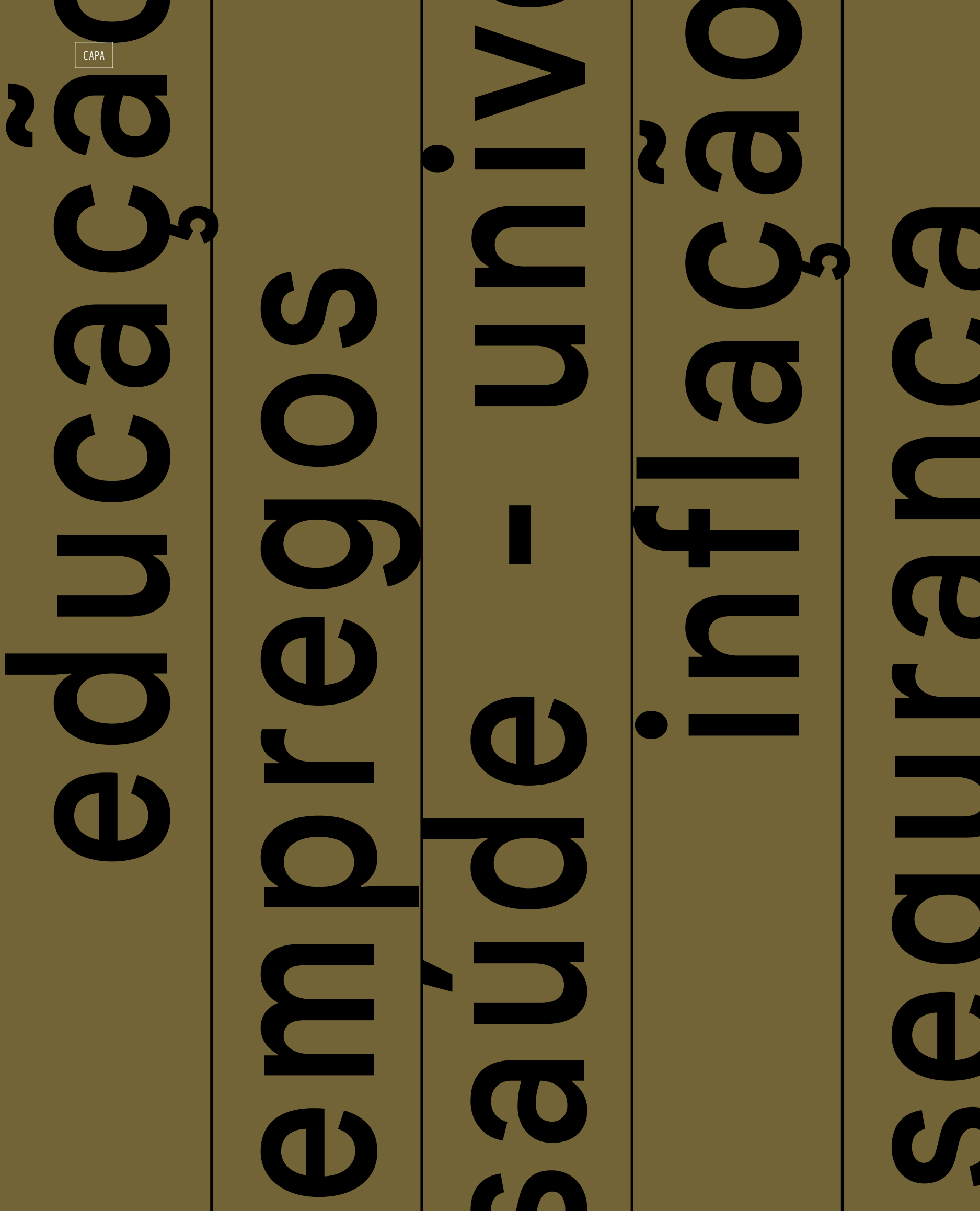


ATUALMENTE,
PARA SE FAZER
UM AJUSTE FISCAL
PERMANENTE
E REALMENTE
EFETIVO, É
PRECISO MEXER
NA CONSTITUIÇÃO.
ESSE É O
IMBRÓGLIO.



ASSISTA À
ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA
POR ESTE
CÓDIGO QR





RETRATO DO PAÍS

O debate público sugere um Brasil profundamente polarizado. Mas não é bem assim. Pesquisas indicam que a divisão extrema envolve apenas uma minoria do eleitorado brasileiro. A maioria não se identifica com os polos de direita ou de esquerda, compartilha valores semelhantes e está mais preocupada com questões práticas – como emprego, saúde e segurança – do que com disputas de narrativas ideológicas.

texto CAROL CASTRO

U rança

Um Brasil rachado. De um lado, a esquerda e boa parte das mulheres, com maior rejeição à família Bolsonaro — e elas são 80 milhões, o que representa 52% do eleitorado. A esquerda e as mulheres vêm acompanhadas do Nordeste, que tem quase 28% do total de eleitores, e da população mais pobre. Segundo pesquisas de opinião realizadas às vésperas do segundo turno de 2022, esse grupo de pessoas ajudou a eleger Lula. Do outro lado, evangélicos, mais conservadores, acompanhados da extrema direita e da Região Sudeste, que tem 43% dos eleitores. Não à toa, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais elegeram governadores alinhados com esse campo político em 2022. É essa a imagem mais comum dos eleitores brasileiros.

Os acontecimentos dos últimos dez anos justificam a tentativa de traçar perfis simplistas dos 156 milhões de eleitores brasileiros e dividi-los em dois grupos antagônicos. Desde 2016, o Brasil tem vivido uma sequência de eventos que reorganizaram o debate público: a Operação Lava Jato, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a ascensão do antipetismo, a eleição de Jair Bolsonaro e a gestão da pandemia — tudo acompanhado da radicalização dos discursos. Partidos políticos ganharam ares de clubes de futebol, apoiados por suas torcidas, com visões e valores opostos a respeito de tudo.

Contudo, não é bem assim. “A direita coloca-se como dona do voto evangélico, mas, na verdade, o voto evangélico já pendeu para a esquerda em eleições passadas. As mulheres

foram o calcanhar de aquiles de Bolsonaro, mas também há um contingente de mulheres conservadoras que não pode ser negado”, exemplifica o cientista político Leandro Consentino, professor no Insper.

Uma pesquisa do *think tank* More in Common, em parceria com a Quaest, mostra que 54% da população não se identifica nem com a direita, nem com a esquerda, nem com o centro. Não apenas estão fora da polarização, como rejeitam esse modo de fazer política. A conclusão é resultado da análise das 168 perguntas que 10 mil pessoas, espalhadas por todo o País, responderam.

Os pesquisadores dividiram os brasileiros em três segmentos, com seis visões políticas diferentes: progressistas militantes e esquerda tradicional (progressistas), desengajados e cautelosos (invisíveis), conservadores tradicionais e patriotas indignados (conservadores). Somente 11% das pessoas se identificam com os dois extremos — e eles estão, basicamente, nos grupos de petistas e bolsonaristas mais convictos. “Se pegarmos os perfis mais extremos, veremos que quase todos os ‘progressistas militantes’ votaram em Lula no segundo turno e quase todos os ‘patriotas indignados’ votaram em Bolsonaro. E cada um desses grupos abrange apenas em torno de 5% da população. Fora dessa porcentagem já é misturado”, detalha Pablo Ortellado, diretor-executivo da More in Common. “Nosso exercício de segmentação não é sobre voto. Voto e ideologia estão articulados, mas não são a mesma coisa. Nos outros segmentos, os padrões de voto são mais imprecisos, mais cruzados e menos coerentes”, completa.

Segundo a análise dos dados da pesquisa, os “desengajados” tendem a concordar um pouco mais com a esquerda, enquanto os “cautelosos” identificam-se mais com as visões da direita. Em comum, todos desses grupos são mais pragmáticos, preocupados com emprego, saúde, segurança e custo de vida. Não se importam com a guerra de narrativas políticas — querem soluções práticas para a vida.

A existência dessas visões, que são da maioria, não significa que a polarização deixou de existir, mas apenas que chegou num ponto de estagnação e acabou por criar um grupo intermediário de pessoas cansadas e indecisas. “Há uma tendência de diluição da polarização em razão da inelegibilidade de Bolsonaro, mas ela não vai deixar de existir”, afirma o cientista político André Luiz Vieira Dias, professor no Instituto de Saúde e Sociedade (ISS), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Na sua avaliação, o que se tem hoje é uma polarização afetiva, na qual o eleitor vota com base no seu vínculo com as candidaturas. “Os extremos têm apoio das suas bolhas. Por outro lado, sofrem grande rejeição, porque uma parcela considerável do eleitorado rejeita a polarização”, detalha.

Apesar das diferenças e segmentações, a maioria dos eleitores tem algo em comum: entre os “progressistas” e os “conservadores” convictos, existe um país que se divide em ideologias, mas se encontra em dores, problemas, valores e esperanças.

“A REJEIÇÃO AO RACISMO É UNÂNIME NA SOCIEDADE BRASILEIRA, MAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE O COMBATEM, COMO AS COTAS RACIAIS, CAUSAM DIVERGÊNCIAS.”

PABLO ORTELLADO, diretor-executivo da More in Common

ANDAR COM FÉ

Somos um país conservador e religioso. Ou que, ao menos, acredita muito no poder da fé, seja qual for. Segundo a pesquisa da More in Common, só 21% dos brasileiros declaram não ter religião, a maioria concentrada entre os “progressistas militantes”. A maior parte da população ainda é católica (46%), seguida dos evangélicos (28%). “Constatamos que o Brasil é bastante religioso e conservador. Uma parcela grande do País pensa que as leis devem estar de acordo com esses valores morais”, constata Ortellado. Ainda segundo ele, a crença atravessa a divisão entre grupos ideológicos, com exceção dos “progressistas militantes”. “O outro segmento progressista, que chamamos de ‘esquerda tradicional’, absorve essas ideias conservadoras e incorpora um pouco da influência dos valores religiosos na política”, aponta.

Embora o Brasil seja um país laico, cerca de 30% dos brasileiros da “esquerda tradicional” acreditam que “valores religiosos devem orientar as leis no Brasil” — os evangélicos são os que mais concordam com essa frase. E essa crença segue em alta, com metade dos “invisíveis” favorável a essa interferência, até chegar ao auge, com os “patriotas indignados”: 63% deles apoiam a influência da religião na legislação.

Outro levantamento corrobora as conclusões da More in Common. O cientista político Felipe Nunes, CEO da Quaest e autor do recém-lançado *Brasil no espelho* (Globo Livros, 2025), também entrevistou cerca de 10 mil pessoas. Desse univer-

so, 97% afirmaram que “Deus é muito importante na minha vida”. Outros 96% concordaram com as frases “Deus está no comando da minha vida” e “Tenho fé em Deus e, por isso, acredito que tudo vai dar certo”. Outros 86% apostam que “A fé vale mais que a ciência”.

Dentro do espectro de características conservadoras, o brasileiro também se escora na família. A instituição familiar aparece em segundo lugar no ranking do que é mais importante na vida, segundo a Quaest. A imensa maioria (mais de 90%) define como objetivo de vida dar orgulho aos pais e declara que, antes de tomar qualquer decisão, pensa na família. E, para eles, essa instituição não é formada apenas por parentes. A base dela é o amor, mesmo entre pessoas que não compartilhem parentesco.

VALORES IGUAIS, SOLUÇÕES DIFERENTES

O Brasil reconhece o próprio racismo. Um levantamento do Datafolha apontou que 59% das pessoas consideram a maioria dos brasileiros racista. Mas isso não significa que atitudes preconceituosas sejam aceitas por essa mesma maioria. Independentemente da visão política, o brasileiro admite que é necessário extinguir o racismo. Da mesma forma, a maior parte também defende os direitos das mulheres e admite que a desigualdade de gênero existe. A discordância aparece em outro lugar: na forma de enfrentar e resolver essas questões. “A rejeição ao racismo é unânime na sociedade brasileira,

mas políticas públicas que o combatem, como as cotas raciais, causam divergências. As pessoas consideram que homens e mulheres devem ter direitos iguais, mas o feminismo é um divisor”, pondera Ortellado.

Na pesquisa da More in Common, quase ninguém discordou que o racismo é uma ferida aberta na sociedade brasileira. Apesar disso, a maioria dos “conservadores” julga que “os negros têm mais direitos do que os brancos”. E eles discordam que o Brasil tenha uma dívida histórica com essa população — um dos argumentos que justificam as políticas de cotas. Os “progressistas”, por sua vez, acreditam no oposto: o Brasil tem uma dívida histórica e os negros não têm mais direitos que os brancos. Entre aqueles 54% de “invisíveis”, as opiniões dividem-se bem mais. Isto é, não há um consenso ou uma verdade absoluta entre a maior parte das pessoas.

O mesmo cenário repete-se quando o assunto é sustentabilidade. Poucos apoiam a exploração de petróleo, por exemplo, em detrimento do meio ambiente. Mas, em qualquer espectro político, quase todos concordam em um mesmo ponto: a legislação ambiental atrapalha o desenvolvimento. “Quando olhamos para as questões ambientais, há grandes confusões. Os brasileiros entendem que as mudanças climáticas são causadas pela ação humana e não são ciclos naturais. Mas não concordam com o papel das ONGs ambientais e do Agronegócio”, pontua Ortellado.

NÃO VOTAM NOS SEUS

Ainda que sejamos um país de maioria feminina e não branca, os votos não seguem o mesmo caminho. Em 2022, os eleitores escolheram 91 mulheres e 135 pessoas negras ou pardas para ocupar as cadeiras da Câmara dos Deputados. É um recorde, com crescimento de 18% de deputadas e 9% de pretos ou pardos eleitos. No entanto, essa composição está bem longe de representar as características raciais e de gênero do povo brasileiro como um todo. E há uma explicação histórica: os dois grupos foram excluídos do processo democrático quando a República foi instaurada no Brasil.

“Apenas homens ricos podiam participar das eleições. É relativamente novo o ingresso desses grupos [mulheres e pessoas não brancas] na política. Ainda estão aprendendo a votar, a entender a importância de eleger representantes próximos para que existam políticas públicas mais relacionadas aos seus interesses”, observa Consentino, do Insper. O cientista político avalia, ainda, que a oferta de candidatos também tem aumentado, por causa de medidas institucionais, como as cotas para candidaturas femininas e a obrigatoriedade de uso de recursos partidários para candidaturas negras. “Isso é importante. Mas ainda vai levar um tempo, do ponto de vista cultural, para que o panorama representativo mude”, conclui.

Isso acontece porque a questão das cotas ainda divide a própria esquerda. Segundo a pesquisa da More in Common, um terço (ou 32%) da “esquerda tradicional” acredita que cotas raciais são uma forma de racismo. “Quando falamos de

“SOU UM GRANDE PARTIDÁRIO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. NINGUÉM NASCE SABENDO PARTICIPAR DA POLÍTICA. O JOVEM PRECISA SER ESTIMULADO E A ESCOLA TEM UM PAPEL FUNDAMENTAL NESSE PROCESSO.”

LEANDRO CONSENTINO, cientista político e professor no Insper

direitos iguais entre homens e mulheres, negros e brancos, o Brasil é mais ou menos unânime. No entanto, quando observamos a maneira pela qual os movimentos feminista e negro traduzem esses valores em políticas públicas ou em ação, aí vem a discordância”, ressalta Ortellado.

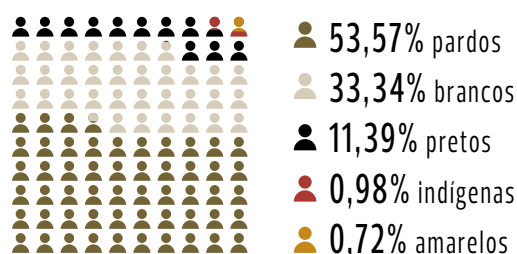
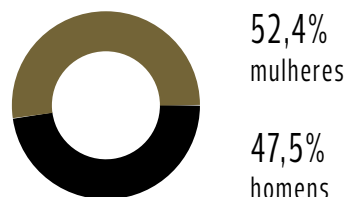
PUNITIVISTAS E DESCONFIADOS

Os escândalos do mundo político chegam a todos os eleitores num mesmo diagnóstico — não dá para confiar em senadores e deputados. A maioria acredita que os políticos correm atrás apenas dos próprios interesses e não se importam com o povo. Além disso, o brasileiro admite que a democracia é a melhor forma de governo, mas, por outro lado, está insatisfeito e confia pouco nas instituições. “Confia muito mais nas instituições morais, como a Igreja e o Exército, do que nas instituições democráticas. Então, é um eleitor que reconhece a democracia, mas desconfia da forma como está organizada”, explica Vieira Dias, da Unifesp. Segundo o professor, se para a maior parte da população a desconfiança está limitada ao Executivo e ao Legislativo, entre os “conservadores” o sentimento de descrédito se espalha para outros campos. “Para eles, que representam um quarto dos brasileiros, a imprensa, o Poder Judiciário e o sistema eleitoral também são enviesados, dignos de descrença”, completa.

A unanimidade retorna quando o assunto é segurança pública, geralmente um tema central em períodos eleitorais dos últimos anos. E, nesse ponto, a maioria dos brasileiros, até mesmo alguns “progressistas”, prefere o caminho do punitivismo, com apoio a penas mais pesadas e prisão para menores de idade. “A questão da segurança pública é bastante complexa, mas algumas medidas midiáticas passam a ilusão de que se resolve rapidamente. Dá para fazer uma analogia com aquele velho tema do saneamento básico: é fundamental, mas não dá voto, porque o

RAIO-X DO ELEITORADO

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

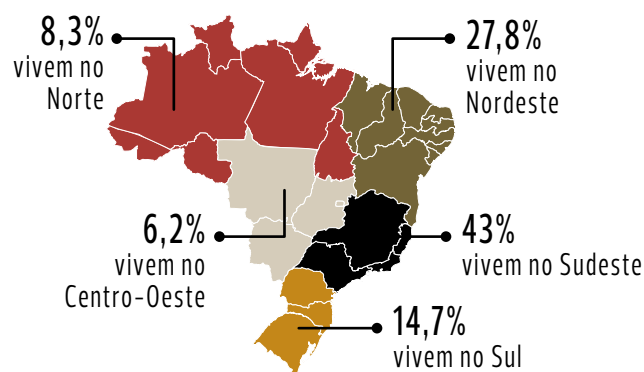


27,04% têm ensino MÉDIO COMPLETO

22,48% têm ensino FUNDAMENTAL INCOMPLETO

17,78% têm ensino MÉDIO INCOMPLETO

10,75% têm ensino SUPERIOR COMPLETO



cano está enterrado”, argumenta Consentino. “As operações policiais têm sua validade, mas o combate à criminalidade passa por inteligência para sufocar, por exemplo, os braços financeiros das facções. Passa pela reforma da legislação processual penal, do sistema carcerário. E até mesmo, como a esquerda defende, esse combate deve estabelecer uma ponte com o social, que é importante, mas não pode ficar restrito a isso”, completa.

NEM TÃO RACHADO ASSIM

A esquerda destoa do restante da população brasileira: é mais rica, mais escolarizada e menos religiosa. Seus discursos nem sempre alcançam a maior parte dos eleitores, que frequentemente a enxerga como uma elite intelectual distante da realidade do País. Atenta a esse descompasso, a direita surfa no cansaço generalizado com a política institucional e apresenta-se como a voz de quem se sente ignorado. E usa essa decepção para conquistar apoiadores. “É um momento bastante agudo de apatia e desencanto com a política. O fato de candidaturas ou movimentos populistas terem emergido nos últimos anos deixa isso bem claro”, constata Consentino. “As pessoas encontraram uma via de escape dentro da própria política institucional, por meio de candidatos que vocalizam essa insatisfação. Isso nem sempre se mostra positivo, mas é um sintoma claro do quanto esse desencanto está presente”, completa.

Embora representem uma parcela minoritária da população, os extremos dominam o debate público e produzem a sensação de uma nação permanentemente em guerra política. Essa distorção ajuda a explicar por que grande parte dos brasileiros se afasta da política, não por desinteresse, mas por cansaço diante de discussões morais e identitárias que pouco dialogam com seus problemas reais. “Diante da polarização, dificilmente é possível travar um debate substancial sobre políticas públicas. Temos problemas graves na Educação, no Sistema Único de Saúde (SUS), na Segurança Pública, nos gastos do Estado, numa economia que não cresce — e ficamos sequestrados por disputas morais”, critica o professor do Insper.

O desafio está em reconectar a política à vida cotidiana. “Precisamos chegar a essas pessoas. Sou um grande partidário da educação para a cidadania. Ninguém nasce sabendo participar da política. O jovem precisa ser estimulado, e a escola tem um papel fundamental nesse processo”, sustenta Consentino. “Candidatos majoritários precisam minimizar as questões que dividem e valorizar mais as transversais, que unem o País. Segurança, Educação e Saúde são temas prioritários e com pouca resistência entre os segmentos”, complementa Ortellado.

É nessa maioria silenciosa — menos ideológica, mais pragmática e distante dos extremos — que moram o desafio e a oportunidade. Dialogar com esse Brasil é condição para transformar cansaço em participação e substituir a guerra moral por disputas reais de projetos para o País.

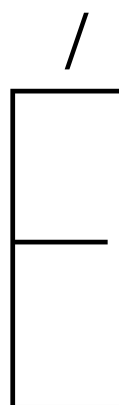
&

ELEVADORES DESIGUAIS

Segundo o Atlas da
Mobilidade Social,
a chance de um
brasileiro médio
enriquecer ao longo
da vida é de menos
de 2%. E, para alguns,
essa possibilidade é
ainda mais remota.

texto VINÍCIUS MENDES





É do célebre sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930–2002) o argumento contrário ao do dom natural de algumas pessoas que, nascidas em estratos sociais baixos, conseguem ascender vertiginosamente, muitas vezes até o topo da pirâmide. Na época em que escreveu a sua obra-prima — *A distinção: crítica social do julgamento*, publicada em 1979, na França —, essa era uma justificativa óbvia para casos sociais como os de intelectuais ou artistas de origem pobre que, pela própria genialidade, tinham enriquecido o que, em condições normais, demoraria várias gerações para acumular. No Brasil, é a explicação para alguns elevadores sociais específicos, como o do futebol ou o da música, associados ao talento natural de saber jogar bola, compor canções ou tocar um instrumento.

“Entretanto, segundo Bourdieu, o dom natural era justamente uma forma socialmente criada para legitimar a desigualdade”, aponta o sociólogo Edison Bertoncello, professor na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). “Na verdade, além da tendência de que os indivíduos fiquem nas mesmas classes que seus pais e avós, o que apontaria para alguma ascensão seria, na lógica bourdieusiana, conseguir entrar no sistema do capital cultural — como com um diploma universitário —, o que é, por sua vez, legitimador daquilo que, herdado das famílias, parece um dom. Por exemplo, os gostos ou as posturas”, continua.

Bourdieu, que chegou a ser o intelectual mais famoso do mundo antes de morrer, no começo deste século, voltou à esfera pública nos últimos anos, mas para além dos seus complexos livros. É de suas reflexões que se extrai, atualmente, a ideia mais comum do que é mobilidade social. “Em um passado recente, esse conceito estava atrelado à ascensão econômica, isto é, a ter mais dinheiro do que a geração anterior ou que as

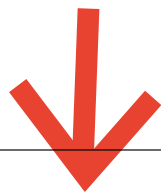
pessoas que nasceram em uma mesma época. É o caso do jogador de futebol que, nascido em um bairro periférico, se torna uma estrela multimilionária”, prossegue Bertoncello. “Hoje, e muito por influência de Bourdieu, mobilidade social envolve uma série de outros elementos que ele congregava em capitais: o cultural (diploma), o social (contatos), o econômico (bens) e o simbólico (síntese dos demais). É a soma deles que determina o movimento de alguém entre as classes”, detalha o sociólogo.

PERCURSO MAIS LONGO, DESTINO RESTRITO

É o caso do economista Michael França. Filho de uma trabalhadora doméstica, ele atravessou todo o percurso acadêmico colecionando legitimações institucionais de algumas das principais universidades do mundo, como a própria USP e, ainda, Columbia e Stanford, ambas nos Estados Unidos. Ascendeu significativamente, embora não seja rico, como diz no recém-lançado *A loteria do nascimento: filha do porteiro termina universidade, mas não alcança filho do rico* (Jandaíra, 2025), que escreveu ao lado do também economista Fillipi Nascimento.

Esse é um tipo significativo de mobilidade e, curiosamente, que se dá por meio de um mecanismo que ele critica em seu livro: o da educação, tal como defendia, de alguma forma, Bourdieu. Segundo França, a loteria do nascimento envolve não só a classe em que uma pessoa nasce, mas também — no caso do Brasil — a cor da pele e o gênero, entre outras variáveis. “É por isso que a diferença na renda de brancos e não brancos continua, mesmo quando eles têm o mesmo nível de escolaridade”, afirma. “Não se trata apenas de ascender pelo diploma, mas também de que sujeito social você é, efetivamente”, compara o economista.

De acordo com os dados de França e de outros colegas, publicados há alguns meses na revista acadêmica *The Journal of Development Studies*, pessoas não brancas ganham, em média, 31% menos do que brancas no Brasil — uma taxa que cai timidamente, para 27%, quando os níveis de escolaridade entre ambos os sujeitos são equiparados. É por isso que, para ele, o País deveria avançar no debate da inclusão do capital cultural, superando o senso comum de que a universidade é a grande alavanca de ascensão, destaca o economista. “A desigualdade começa quando a população negra, por exemplo, chega ao fim do



**“REUNIMOS INFORMAÇÕES DOS
ANOS 1980 A 2019 PARA OBSERVAR
QUAIS AS CHANCES DE UMA
CRIANÇA ESTAR EM PERCENTIL
SOCIAL SUPERIOR AO DOS PAIS. É
A MOBILIDADE INTERGERACIONAL
— E ELA É MUITO BAIXA.”**

LEANDRO ROCHA, pesquisador no Instituto
Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)

ciclo básico escolar com uma formação ruim. Enquanto isso, elites estão cada vez mais concentradas nas pós-graduações de renome, de onde saem para os melhores empregos e onde fazem contatos que repercutem na carreira delas”, compara.

É interessante, constata Bertonecello, como o diploma oferece uma ascensão muito específica que, necessariamente, não enriquece, mas insere muitas pessoas em círculos sociais ascendentes, como a carreira da docência ou algumas profissões liberais. “A pessoa adquire um capital significativo para sair da classe em que estava quando criança”, define. Mas, do ponto de vista econômico *strictu sensu*, qual é a chance de um brasileiro nascido em uma família das camadas mais baixas ascender a ponto de chegar ao grupo dos 10% mais ricos. Isto é, de enriquecer de fato?

ESCALANDO A PIRÂMIDE

Pesquisadores de algumas universidades brasileiras e de outras instituições no mundo debruçaram-se sobre a literatura atual e, fundamentados nela, elaboraram o Atlas da Mobilidade Social — plataforma que calcula as chances percentuais de ascensão com base nos estratos de renda. “É um trabalho gigantesco de manejo de dados”, conta Leandro Rocha, pesquisador no Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), responsável pela publicação. “Reunimos informações de pessoas, dos anos 1980 a 2019, a partir de informações da

Receita Federal, do Cadastro Único (CadÚnico) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), para fazer essas junções entre as famílias e observar quais as chances de uma criança estar em percentil social superior ao dos seus pais quando estiver na vida adulta. Portanto, é a mobilidade intergeracional — e ela é muito baixa”, anuncia.

Segundo dados de 2024, a chance de um indivíduo nascido na metade da população com menor renda chegar à classe dos 10% mais ricos era de 1,81%. Por outro lado, a possibilidade de esse sujeito permanecer no mesmo estrato era de 66,6%. “A desigualdade na largada é um dos grandes diferenciais”, explica Rocha. “Ao se notar o ciclo de vida de uma criança que nasce em uma família pobre, percebe-se que ela não tem acesso à creche, não recebe boa educação formal na primeira infância, entra na escola defasada e, quando termina o processo, não está apta a assumir uma posição razoável no mercado de trabalho”, continua. “Em resumo, enquanto a educação pública for de baixa qualidade, ainda mais em comparação com a educação privada, essa situação vai se perpetuar”, adverte.

Os números do Atlas não são tão diferentes dos encontrados pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), em um estudo robusto publicado em 2018. Na média dos países-membros da entidade, a persistência da renda entre as gerações estava em 40% na época da pesquisa — o que significa que, se uma família possui uma renda duas vezes maior do que outra em um dado momento, seus filhos e filhas terão, da mesma forma, uma renda 40% maior do que os filhos e filhas da outra. No Brasil, essa taxa é de 70%, segundo a OCDE.

O economista Ignacio Flores, coordenador para a América Latina no World Inequality Lab (WIL), projeto conjunto da francesa Paris School of Economics (PSE), em Paris, e da Universidade Berkeley, nos Estados Unidos, avalia que é por esse motivo que as desigualdades sociais não devem ser examinadas sem que seja considerado o patrimônio familiar.

Flores — ao lado de nomes mais famosos, como o do economista francês Thomas Piketty, codiretor da WIL — tem discutido com as pesquisas produzidas no Brasil que apontam uma redução do abismo social no País justamente a partir desse critério. No fim do ano passado, o laboratório publicou um relatório apontando o contrário: a desigualdade brasileira aumentou ou, se não, pelo menos manteve-se estável.

A discussão ocorre porque, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024, os 10% mais ricos do País recebiam 13,4 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos — uma diferença que já foi de 17 vezes. Logo, apoiando-se nessa retração, conclui-se que a desigualdade diminuiu. O laboratório de Flores e Piketty, no entanto, mostra que, entre 2001 e 2020, a renda média dos 10% mais ricos subiu 316%, enquanto a dos 50% mais pobres aumentou 265%, uma diferença de 51 pontos percentuais (p.p.).

Segundo Flores, são as dinâmicas do patrimônio que geram fluxos de renda. E a renda do trabalho pode cair num de-

terminado intervalo, não apenas por si só, mas porque ela é medida por pesquisas quantitativas de sondagem. “E aí vem o meu ponto: quando os dados das diferenças entre os grupos são analisados, é preciso incluir na conta os bens de capital. Ao fazer isso, fica claro que esse crescimento brasileiro é desigual, porque beneficia sempre os mais ricos”, enfatiza Flores.

O raciocínio do economista segue em linha com o estudo de 2018 da OCDE, porque, de acordo com Flores, basta verificar como o 1% mais rico do Brasil detém um terço dos rendimentos do País, em uma conjuntura que se mantém há, pelo menos, 20 anos. “Isso significa, então, que para cada real que a economia brasileira cresce por ano, 30% do resultado vai para os bolsos desse grupo. Mecanicamente. E não é só isso, porque o Brasil cresceu mais do que esses números nos últimos anos. É uma distinção brutal”, ressalta.

RAÇA, GÊNERO E GEOGRAFIA

Essas discrepâncias também se alteram de acordo com outras variáveis. Um brasileiro que nasce no Nordeste na metade da população de renda mais baixa tem 1,35% de chance de chegar, um dia, ao topo dos 10% mais ricos. No Sudeste, essa taxa quase dobra (2,32%). O mesmo ocorre quando a variável muda para a chance de alguém, nas mesmas condições, chegar ao grupo dos 25% mais ricos. No Nordeste, ela é de 8,14%. No Sudeste, de 13,04%. “O elemento fundamental é o acesso”, argumenta Rocha, pesquisador do Atlas. “Isso acontece não só no Nordeste, mas em algumas áreas do Sudeste e do Centro-Oeste, em que a qualidade da educação é baixa e, em paralelo, os indicadores sociais comuns são ruins — saneamento básico, qualidade de vida etc. Isso tudo influi no acesso a oportunidades, que é o que faz a pessoa se mover entre as classes”, pondera.

No corte pela cor da pele, as diferenças são ainda mais abissais. Uma pessoa negra de uma família situada na parte de baixo da pirâmide tem 1,47% de chance de ser parte dos 10% mais ricos do País quando adulta, e 77,7% de continuar na mesma posição. Além disso, tem 1,65% de chance de concluir o ensino superior. As desigualdades aumentam mais quando se usa o recorte de gênero. Enquanto a chance de um homem ascender ao grupo dos 10% mais ricos é de 2,57% quando adulto, essa taxa é de 0,99% no caso das mulheres. Esses contrastes são ainda mais perceptíveis em algumas regiões, como no Sul, onde a chance de uma mulher ficar no

1,81%
é a chance de um
BRASILEIRO POBRE chegar
aos **10% mais ricos**

1,94%
é a chance de **concluir o**
ensino superior

66,59%
é a chance de **permanecer**
entre os 50% mais pobres

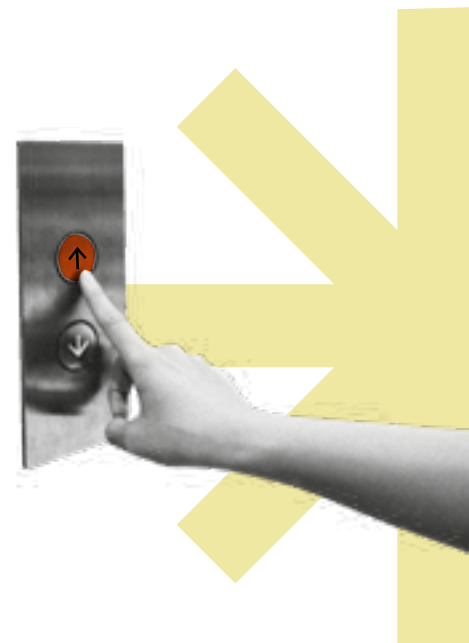
2,56%
é a chance de um
BRASILEIRO BRANCO
chegar aos **10% mais ricos**

1,47%
é a chance de um
BRASILEIRO NEGRO chegar
aos **10% mais ricos**

2,57%
é a chance de um **HOMEM**
chegar aos **10% mais ricos**

0,99%
é a chance de uma **MULHER**
chegar aos **10% mais ricos**

Fonte: *Atlas da Mobilidade Social*



grupo dos 50% mais pobres ao longo da vida é de quase 70%. No caso dos homens, essa taxa é de pouco mais de 13%. “Esse dado é tão considerável quanto o da variação por cor da pele, porque pessoas negras estão mais associadas à condição de pobreza e, com isso, têm vias de mobilidade menores”, sinaliza Rocha.

POLÍTICA PÚBLICA NO CENTRO

Na opinião do sociólogo Marcelo de Medeiros, que passou o último ano como pesquisador visitante na Universidade Columbia, em Nova York, nos Estados Unidos, e é autor de *Os ricos e os pobres* (Companhia das Letras, 2023), os dados sobre mobilidade social no Brasil reforçam a importância de mecanismos como o salário mínimo. “Boa parte da população ganha o equivalente a esse montante por mês [R\$ 1,6 mil]. Assim, os ‘não pobres’ são parecidos com os ‘pobres’, já que ganham algo perto disso, assim como os beneficiários da Previdência. É uma política de redução de desigualdade”, sustenta. Inclusive, continua Medeiros, o que determina o desempenho no mercado de trabalho dos mais pobres é o salário mínimo, já que este alicerça o sistema de remuneração do País. “É assim que quanto mais o governo ajustar esse valor, mais favorecerá algum tipo de mobilidade”, conclui.

Na visão de Rocha, porém, esse é um processo de longo prazo. “Se observarmos a baixíssima mobilidade social brasileira e o quanto é preciso fazer para acelerar esse elevador, vamos necessitar ainda de muito tempo para mudar essa realidade”, finaliza.

&

A ECONOMIA EM ANO DE ELEIÇÕES

Desde a famosa frase do consultor político norte-americano James Carville — “É a economia, estúpido” —, proferida durante a campanha de Bill Clinton nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 1992, a relação entre economia e política passou a ser muito discutida. Considerando que haverá eleições neste ano no Brasil, cabe analisar como a economia poderá ser afetada por esse cenário, uma vez que o pleito já está no radar dos agentes econômicos. Para isso, é importante separar os lados real e financeiro da economia.

Quanto ao primeiro, vale destacar que o nível de atividade é menos sensível ao processo eleitoral e deve continuar a desaceleração verificada ao longo do ano passado, crescendo 1,8%, contra 2,3% em 2025 e 3,4% no ano anterior. A perspectiva de desaceleração pode ser explicada por pelo menos quatro motivos: efeito defasado do aumento dos juros sobre o Produto Interno Bruto (PIB), estimado em dois a três quadrimestres; mesmo com a perspectiva de início do processo de queda da Selic, as taxas reais de juros permanecerão extremamente elevadas, podendo encerrar este ano em torno de 8% (acima da inflação); o crescimento da inadimplência está levando os bancos a serem mais seletivos na concessão de crédito, reduzindo o ritmo de crescimento dos empréstimos tanto para pessoas físicas como jurídicas; e, em menor escala, os efeitos gerados pelas tarifas impostas pelo governo norte-americano, principalmente sobre alguns setores industriais.

Quanto à análise da influência das eleições sobre o lado financeiro da economia (ações, juros e câmbio), o quadro é muito diferente, porque são variáveis que reagem quase que instan-

taneamente aos fatos. Nesse campo, em 2026, não se pode descartar a perspectiva de muita volatilidade, principalmente pelas propostas dos principais candidatos para a economia. Sabe-se que a situação fiscal brasileira é preocupante, dado que a relação entre dívida e PIB deve passar de 71,7%, no fim do governo anterior, para 83% a 84%, no encerramento do atual mandato — um aumento de mais de 10 pontos percentuais (p.p.).

É um quadro insustentável. Considerando que nada vai mudar em 2026, as reações do mercado serão fortemente influenciadas pelas propostas de política fiscal, uma vez que os demais instrumentos de política econômica estão bem conduzidos — na área cambial, com o dólar flutuante, e na monetária, com a independência do Banco Central (BC), o que é extremamente positivo. Independentemente de quem vencer, as reações antes e depois da eleição vão se basear no conjunto de propostas para a área fiscal e sua viabilidade.

Nesse contexto, pode-se identificar duas possibilidades. A primeira englobando propostas que demonstrem claramente e de forma crível que a relação entre dívida e PIB pode ser estabilizada num primeiro momento e, posteriormente, entrar num processo de redução — passando, necessariamente, por mudanças nas regras fiscais atuais —; mais transparência na forma de obtenção dos indicadores, sem retirar do cálculo despesas efetuadas unicamente com o objetivo de atingir a meta de superávit primário; desvincular despesas previdenciárias da evolução do salário mínimo; e substituir o atual arcabouço fiscal. Nessa hipótese, juros podem cair de forma expressiva num momento posterior e o câmbio pode se apreciar, além de haver efeitos positivos sobre o mercado de ações.

Um quadro completamente diferente poderá ser observado na ausência de propostas na área fiscal, ou mesmo sem viabilidade e credibilidade, ou ainda na insistência na manutenção das regras atuais. Isso pode levar a um cenário de dominância fiscal, e o Brasil continuará convivendo com taxa de câmbio depreciada, juros elevados e riscos de aceleração inflacionária e de crescimento medíocre. Fortes emoções aguardam os agentes econômicos.

&

ANTONIO LANZANA,
*presidente do Conselho
Superior de Economia,
Sociologia e Política
da FecomercioSP
e professor na
Universidade de
São Paulo (USP) e
na Fundação Dom
Cabral (FDC)*

ESTRUTURA SOCIAL E ORDENS INSTITUCIONAIS

A base da evolução da sociedade pode ser vista como um sumário de comportamentos, hábitos e atitudes da vida dos indivíduos dentro das instituições em que forma sua biografia. São inúmeros os tratados de sociologia que tentam compreender adequadamente movimentos, papéis, desafios e destino das pessoas em sua vida familiar ou profissional. Viver é desempenhar funções estruturadas na sociedade observando sua relação com as instituições. Ter uma biografia é compreender como se formam sua personalidade, sua responsabilidade e suas consciências pessoal e social. Nos tempos presentes, o que temos visto, no Brasil e no mundo, é que a maioria das pessoas adquire suas características sem muito senso crítico, como se elas tivessem uma mente implantada.

São amplos os limites da psicologia e das possibilidades das percepções, tanto quanto das cores, dos sons e das opções pessoais e profissionais. Todavia, da forma como andam as coisas, tão institucionalmente configuradas, materialmente distribuídas e politicamente circunscritas, está ficando difícil dizer que as motivações e os sentimentos das pessoas correspondam a uma moldura realmente pessoal e que tenham origem em seu arbítrio. A moldura institucional e a estrutura social do nosso tempo, sua forma de funcionar, seus vocabulários cifrados e a massificação das palavras, leis e manias estão produzindo robôs alegres, que são convencidos, externamente a eles, a aceitar ou rejeitar a autoimagem.

São tantas as influências externas que poucas pessoas perdem tempo em formular alguma opinião própria adequada à sua verdadeira opinião. Felizmente, aumenta a reflexão de que o indivíduo precisa começar a transcender, conscientemente, o papel previamente preparado pela estrutura e pela ordem de seu meio para poder melhor desempenhar sua função. Com juroos tão altos, claro que é mais difícil ter algum capital de giro para conceder à paciência

algum tempo para se dedicar a algo que não seja moda. O tempo atual está dilacerado pela imitação e pela intimidação.

É um tempo aparente da variedade de estilos, antes mais parece o de massificação dos modelos de comportamento, impedindo que a beleza da variedade humana se afirme espontaneamente. São máquinas de desejos, leis e ordens sendo criadas para criar tipos e situações que fazem a glória dos fiscais de lei para tudo — e também dos que estão em conflito com a lei. A variedade é contraditoriamente uma massa homogênea. São ondas do contexto de um tempo, impulsionadas por propaganda, meios químicos, desejo de adaptar-se ao que se vê, lê ou ouve. Ondas que servem a todas as categorias interessadas em aumentar a frequência das atitudes esperadas e encaixá-las numa gaiola de condutas. Por trás de tudo, cresce a força do abuso burocrático dos que têm poder e influência para impor, em seus ambientes específicos, uma mesma visão das coisas.

Quando não há mais motivação e condições para entender e lutar por valores comuns, a contradição entre racionalidade e razão aumenta a distância entre razão e liberdade. O colapso identitário, fruto da manipulação das vontades, impede a formação de uma harmonia comunitária que tenha legitimação coletiva. Mas o elo fraco do mundo atual não são as ordens institucionais impostas, mas a desagregação da estrutura social. Desconcertante é a aceitação complacente das ideias dominantes por uma sociedade que não compreende claramente que só tem ideias dominadas, cuja origem é o apagamento das ordens política e econômica e da cultural global.

&



PAULO DELGADO,
sociólogo, cientista político e diretor de Relações Institucionais da FecomercioSP

QUANDO O
PAÍS FALA SÉRIO,
MAIS DE

200 MIL

PESSOAS ENTRAM
NA CONVERSA.





Neste exato momento, há mais de 205 mil inscritos no nosso Canal.

E, amanhã, talvez cheguem mais dezenas, centenas ou até milhares de pessoas que buscam ideias e respostas plurais sobre o Brasil.

Aqui, elas encontram diálogos qualificados e visões aprofundadas em entrevistas, episódios, eventos, debates, charges e publicações, como o livro *UM BRASIL #12*, que será lançado em breve.

Para você, que já faz parte das nossas conversas, o nosso muito obrigado.

E para quem ainda não conhece o UM BRASIL, as portas estão sempre abertas para trocar ideias, inspirar reflexões e ampliar horizontes.

UM BRASIL



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO



Trabalho e algoritmos

O avanço acelerado das tecnologias digitais, das plataformas e da Inteligência Artificial (IA) tem transformado profundamente o mundo do trabalho, alterando modelos de gestão, organização produtiva, controle de tarefas e relações contratuais. Nesse cenário, surgem novos debates sobre subordinação algorítmica, autonomia profissional, transparência, proteção social e segurança jurídica. Com o objetivo de qualificar a discussão, o Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP produziu a coletânea O mundo do trabalho na era dos algoritmos, reunindo artigos de lideranças empresariais, juristas, economistas, acadêmicos e especialistas em tecnologia.

Sorria, você está sendo filmado

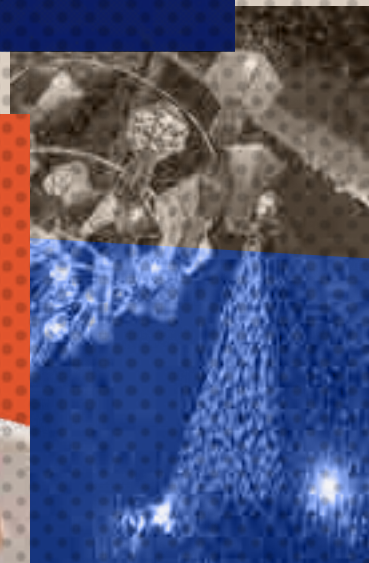
As estratégias de combate à violência urbana passam por uma mudança estrutural. As tradicionais câmeras de vigilância multiplicaram-se nas grandes cidades, com forte participação de empresas privadas integradas a sistemas de reconhecimento facial. Junto com as novas tecnologias, emerge a discussão: entregar ações para sistemas de tecnologia cada vez mais sofisticados, baseados em modelos de IA, ou problematizar os erros possíveis dos dispositivos e, ao mesmo tempo, reforçar o direito das pessoas à privacidade?

Despesa, cabo eleitoral dos presidentes

Embora as campanhas eleitorais tenham migrado dos “santinhos” para as redes sociais, uma prática permanece constante no Brasil: o aumento do gasto público em anos eleitorais. Desde 1994, em todos os anos de eleições, a despesa primária do governo federal cresce em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Nos 20 anos até 2014, esses períodos concentraram o maior nível de gastos de cada mandato presidencial. Segundo especialistas, há uma associação histórica entre ciclo eleitoral e orçamento, com políticas de curto prazo que tendem a gerar bem-estar imediato e retorno em votos. O problema, porém, está menos no volume e mais na composição das despesas. O debate reacende a importância de regras fiscais, planejamento de médio prazo e avaliação do retorno social do gasto público.

É VERDADE QUE NO BRASIL TEM MUITO FERIADO?

Quando se olha para os dados e para a legislação, a resposta é menos simples — e bem mais interessante — do que parece à primeira vista. Se a comparação for feita apenas com base no número de feriados nacionais, o Brasil está longe de ser um ponto fora da curva. Com dez feriados nacionais, o País empata com os Estados Unidos; fica pouco atrás de Canadá, França, Itália e Suécia; e muito longe de Portugal, Romênia, Eslováquia, Suíça e Japão. A Índia tem 40 feriados. A sensação de que as folgas são mais numerosas aqui tem explicação. Segundo especialistas em Direito do Trabalho, essa percepção vem da soma dos feriados nacionais com os estaduais, os municipais, os pontos facultativos e as emendas, o que torna o calendário brasileiro mais generoso, mesmo que as folgas não valham para todos os trabalhadores.

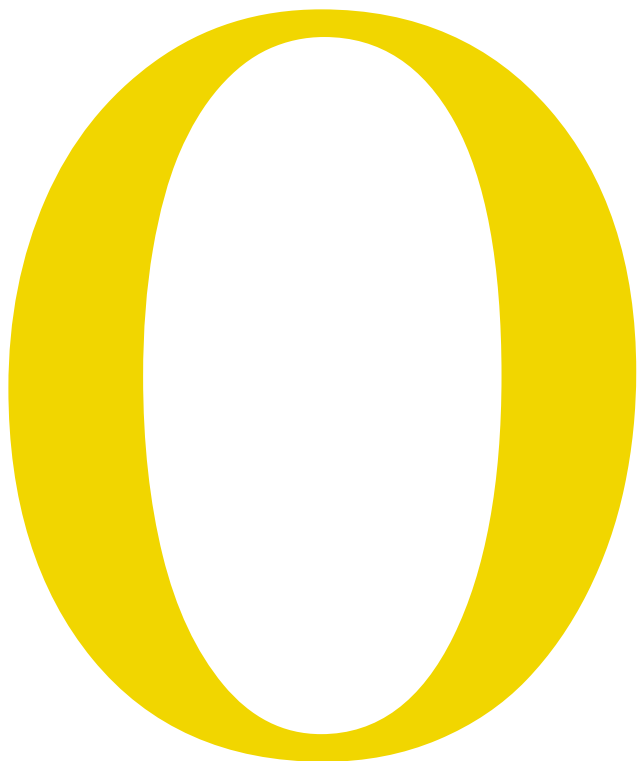




SER MULHER EM 2026

Independentemente do ângulo de análise, as mulheres brasileiras saem perdendo em relação aos homens. Nas últimas décadas, houve avanços inegáveis, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a Lei da Equiparação Salarial e até a expansão da licença-paternidade. Fora do papel, no entanto, seja na vida pessoal, seja na vida profissional, as mulheres são penalizadas apenas por serem mulheres. E 2025 ainda marcou um recorde brutal: 1,47 mil feminicídios, ou quatro mortes por dia.

texto LUCIANA ALVAREZ
ilustração DÉBORA FARIA



O que é ser mulher no Brasil de 2026? Elas estudam mais anos, mas, quando chegam ao mercado de trabalho, recebem salários menores. Na esfera privada, são as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de crianças e idosos, numa tripla jornada extenuante que não cessa. E, embora vivam mais anos, acumulam mais doenças crônicas e dores persistentes, além de estarem vulneráveis à violência que podem sofrer em contexto íntimo, sendo vítimas de parceiros, ex-parceiros e familiares. Em 2025, 1,47 mil mulheres foram assassinadas somente pelo fato de serem mulheres. São quatro mortes e dez tentativas por dia, segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um recorde desde que a Lei do Feminicídio foi criada, em 2015. E o número deve subir, pois não inclui os dados de dezembro de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e São Paulo.

A desigualdade extrapola a violência e a igualdade parece miragem. O Fórum Econômico Mundial estima que, no ritmo atual, o Brasil precisa de 134 anos para alcançar a equidade de gênero no quesito renda. Dados do 3º Relatório de Transparência Salarial e Igualdade, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que as mulheres recebem, em média, 21,7% menos que os homens no setor privado, mesmo quando exercem as mesmas funções.

A disparidade aumenta em cargos mais altos — mulheres diretoras e gerentes têm salários 26,8% menores do que homens nessas posições. E qualificação está longe de ser uma justificativa, já que 21,3% dessa parcela da população tem nível superior completo, contra 16,8% dos homens. A conta é ainda mais desfavorável para as mulheres negras, que ganham apenas 47,5% do que os homens não negros. O salário médio de uma mulher negra é o valor mais baixo entre todos os grupos analisados.

BARREIRAS INVISÍVEIS

Muitas das barreiras profissionais para elas são subjetivas e difíceis de medir. Contudo, sem enxergar o problema, tampouco este pode ser resolvido. Recentemente, algumas pesquisas vêm tentando quantificar os vieses de gênero no mercado de trabalho. Um estudo da Harvard Business School, realizado com corporações dos Estados Unidos — mas que pode explicar muito do que acontece também no Brasil —, revelou, por exemplo, que há um viés de gênero na “demonstração de entusiasmo no trabalho”. Essa é uma característica que aumenta as chances de promoção para homens em 38%, mas nem tanto para as mulheres. Para elas, o aumento é de 30%. Segundo os autores da pesquisa, enquanto nos homens o entusiasmo é lido como comprometimento, nas mulheres pode ser interpretado como excesso de emotividade.

Mesmo que de forma inconsciente, esses estereótipos pairam sobre a cabeça de cada trabalhadora, que precisa constantemente vigiar o próprio comportamento. É o que Joana Coelho, consultora de Neurociência Organizacional da Nemesis, chama de ameaça do estereótipo. “Desde muito cedo, ouvimos que não somos tomadoras de decisão, que não entendemos de números, que somos afáveis demais, que não nos comunicamos bem. Então, tomamos cuidado o tempo todo para evitar os estereótipos negativos. Algumas mulheres em cargos de liderança vão tentar ser mais duronas, mesmo quando seria bom para o ambiente de trabalho exercer uma liderança afetiva, com empatia”, explica.

O ideário de como uma mulher supostamente é nem sempre é expresso de forma clara. O mais comum é que ele se imponha em piadinhas e microagressões cotidianas. “São determinadas perguntas ou falas, as interrupções quando as mulheres estão falando etc. Tudo pode parecer

O Fórum Econômico Mundial estima que, no ritmo atual, o Brasil precisa de 134 anos para alcançar a equidade de gênero no quesito renda



inocente, mas reforça qual é o lugar da mulher dentro da organização. Como as situações são ambíguas, a própria mulher duvida se está mesmo sofrendo alguma agressão”, detalha a consultora.

O fenômeno da ameaça do estereótipo não é exclusividade feminina. Ele também costuma acontecer com outros grupos, como negros, Pessoas com Deficiência (PcD) ou LGBTQIA+. Com as mulheres, a questão toma dimensões maiores porque são mais numerosas. Em 2025, elas formaram 43% da população economicamente ativa do País. “Se estou sempre em alerta, sempre estressada, medindo cada comportamento, tenho uma performance pior do que poderia ter. A própria empresa sai perdendo”, avalia Joana. Como nem sempre as microagressões e os vieses são praticados conscientemente, as companhias precisam adotar treinamentos e fazer pesquisas para melhorar suas práticas, transformando o ambiente de trabalho num espaço em que todos possam se desenvolver plenamente.

(IN)DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Trabalhar sob a constante ameaça do estereótipo é ruim — e, em certas situações, as mulheres simplesmente se afastam do trabalho assalariado. E dois fatores contribuem fortemente para que isso aconteça: casamento e filhos. O estudo *The Child Penalty Atlas* (“Atlas da penalidade parental”, em tradução livre), elaborado por pesquisadores da London School of Economics and Social Science e da Universidade de Princeton, analisou a participação no mercado de trabalho após o casamento e a chegada do primeiro filho em 134 países. Para os homens, os eventos não provocam alterações. Para as mulheres de todo o globo, costuma haver variações, e o Brasil

apresenta uma das maiores penalidades combinadas da amostra. Em média, a taxa de emprego das brasileiras cai 36,8% em relação à dos homens após o nascimento do primeiro filho.

Ao isolar apenas o efeito do casamento — excluindo famílias que tiveram o primeiro filho nos primeiros dois anos de união —, a penalidade é de 49,1%. Em termos de comparação, na China a penalidade é de apenas 4,1% para o primeiro filho e de 16,2%, para o casamento. “A perda de autonomia econômica é grave, porque impede a mulher de fazer escolhas. Se ela vive num ciclo de violência, ainda que seja a moral, é difícil que consiga sair sem ter autonomia econômica”, exemplifica Marilane Teixeira, economista, professora e pesquisadora no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp).

Mas será que as mulheres abrem mão do trabalho remunerado e, por isso, têm pior renda? Ou por já terem condições de renda piores, acabam abrindo mão do trabalho? “Nos momentos de crise, as mulheres são as primeiras a perder o emprego e as últimas a recuperar. Vimos isso claramente na pandemia, com tantas que perderam ou largaram os empregos para cuidar das crianças e dos idosos”, lembra Marilane. A queda na taxa de emprego após o casamento e a chegada dos filhos não significa que as mulheres deixem de trabalhar. Na verdade, elas passam a trabalhar nos cuidados da casa e da família, atividade sem remuneração e com pouco reconhecimento social, o que as deixa mais vulneráveis.



JÁ OUVIU FALAR EM 'PINK TAX'?

Uma lâmina de barbear com o cabo cor-de-rosa custa mais do que o mesmo produto com o cabo azul. Xampus, desodorantes e outros itens de higiene e beleza também são mais caros quando têm fragrâncias associadas ao universo feminino. Isto é, mesmo ganhando menos, as mulheres pagam mais caro por itens direcionados a elas — a chamada *pink tax*, ou taxa rosa. No varejo online brasileiro, 28% dos produtos analisados, em 2020, por um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP), apresentaram a sobretaxa. Essa incidência começa na infância — mochilas para meninas chegavam a ser 67% mais caras, segundo o estudo. No vestuário adulto, camisetas femininas custavam, em média, 24% mais. Em higiene pessoal e aparelhos de depilação estavam 14% mais caros para mulheres. Não à toa que 97% das brasileiras entrevistadas na análise concordaram com a frase “Ser mulher é mais caro”.

JORNADA INFINITA

Em basicamente todos os cenários, a mulher brasileira dedica o dobro de tempo que o do homem aos cuidados da casa, dos filhos e dos pais, mostram números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aquelas que não estão inseridas no mercado de trabalho chegam a destinar 24,5 horas semanais ao lar, enquanto homens na mesma situação dedicam apenas 13,4 horas. Mesmo quando têm trabalho remunerado, elas empregam 6,8 horas a mais por semana aos afazeres domésticos do que os homens também ocupados. A parcela masculina só realiza as tarefas domésticas em taxas semelhantes às das mulheres quando moram sozinhos. “A diferença de tempo dedicado ao trabalho doméstico no Brasil é estável desde que começou a ser medido. Dentro das casas não tem havido mudanças”, observa Marilane.

A economista defende, contudo, que os dados brasileiros atuais são pouco detalhados, resultado de uma pesquisa cuja proposta é conhecer a quais tipos de trabalho cada gênero se dedica. “As estatísticas que temos hoje são insuficientes, porque a questão vai além do tempo. Será que o homem está levando o filho para passear e contando isso como trabalho, enquanto a mulher limpa e cozinha?”, questiona.

Para piorar, existe a chamada divisão sexual do trabalho e ocupações consideradas femininas — como educação e enfermagem —, que envolvem atividades de cuidado e são também as que oferecem menores salários. O prejuízo do direcionamento das mulheres para alguns setores é ruim a toda a sociedade. “Deveríamos fazer escolhas pela nossa vocação. Uma mulher não pode ser impedida, ou abrir mão de algo que gostaria, por causa de salários ou por ser um lugar com menos barreiras. Quando isso acontece, vemos uma legião de pessoas frustradas”, aponta Marilane.

Segundo a economista, nesse contexto, os estereótipos de gênero funcionam no sentido de naturalizar o fenômeno do cuidado atribuído às mulheres. “É como se fosse algo inato, como se as mulheres já nascessem sabendo fazer isso. E se é uma característica — e não algo aprendido —, não tem valor”, pontua. Mas os trabalhos de cuidado que elas exercem, essenciais para a manutenção do tecido social, acabam invisibilizados nas políticas públicas e decisões econômicas. “Nas sociedades capitalistas, o que prevalece é o que está no mercado, o que tem valor monetário. Tudo o mais não tem reconhecimento, fica ocultado na dinâmica econômica”, enfatiza. Mais uma vez, é fundamental ressaltar que as vivências femininas são diferentes entre si — mulheres brancas de renda mais alta ocupam-se menos com o trabalho doméstico do que as mais pobres e negras.

NENHUMA MULHER ESCAPA

A designer Marina Santos, de 45 anos, nasceu em uma família em que ambos os pais eram funcionários públicos. Durante a infância, pôde dedicar o tempo a estudar, sem ter que cuidar da casa ou do irmão mais novo. Fez faculdade e, assim que terminou o curso, foi trabalhar em uma empresa. Poucos anos depois, foi convidada para ser sócia. Casou-se, teve um filho e passou a dividir em tempos iguais com o marido as tarefas de cuidado com a criança. Quando o casamento se deteriorou, tinha independência financeira para se divorciar.

No entanto, mesmo com tantas condições a seu favor, ela não está livre das cobranças sociais por ser mulher. “Meu pai, viúvo, está começando a ter sintomas de Alzheimer. Tem sempre um tio, um primo, um amigo ligando para dizer que preciso ficar com meu pai. Sabem que tenho meu trabalho, meu filho. Meu irmão não tem filhos e está desempregado, mas ninguém cobra o mesmo dele”, conta. Com a população brasileira envelhecendo e precisando de cuidado, mais uma vez é sobre as mulheres que essa responsabilidade recai. Marina tampouco está livre da violência. Em dezembro, enquanto caminhava numa rua da zona oeste capital paulista para buscar o filho na escola, levou um soco de um homem desconhecido. “Ele atacou e saiu correndo, sem tentar roubar nada. Talvez estivesse num surto, drogado, mas duvido que ele teria feito o mesmo se eu fosse um homem”, desabafa.

O Altas da Violência 2025, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que os homens são responsáveis por 79,5% de todas as agressões e violências cometidas contra as mulheres. Em outras palavras, 8 em cada 10 agressões de meninas e mulheres foram praticadas exclusivamente por homens. Cerca de 12,7% das violências tiveram como agressora uma outra mulher e, em 7,8% dos registros, agressores homens e mulheres constavam conjuntamente como autores da violência. “Na medida em que não podemos sair na rua em certos locais e em determinados horários apenas por sermos mulheres, com medo de sermos agredidas por um homem, estamos todas afetadas pela violência de gênero. Em quantas situações a gente não se limita? Na prática, temos uma restrição no nosso direito de ir e vir”, afirma Alice Bianchini, professora de Direito Penal e especialista em violência de gênero.

Alice acredita que o Brasil tem boas leis, mas falta a aplicação de fato, citando que a Lei Maria da Penha — que completa 20 anos em 2026 — contém uma lista de medidas de prevenção que nunca foi posta em prática. “Faltam orçamento e políticas públicas para que essa parte aconteça”, assegura. E muitas iniciativas não são especialmente caras. Segundo a especialista, uma das medidas mais efetivas é a dos grupos de reflexão para homens agressores. “A reincidência de quem participa é de só 4%. E é uma política pública barata, porque basta uma pessoa meditando uma conversa. Mesmo com tantas vantagens, o País todo não soma nem 500 grupos”, compara. “Com relação às violências sexuais ou psicológicas, pode-se até dizer que as mulheres estão mais conscientes e denunciando mais. Mas o aumento de mulheres morrendo pelas mãos de homens é indiscutível”, completa.

VIVENDO MAIS... E PIOR

Se há um índice em que as mulheres parecem ter vantagem é na expectativa de vida, que é de 73,3 anos para homens e de 79,9 anos para elas. No entanto, longevidade não é sinônimo de qualidade de vida. “As mulheres acumulam maior carga de doenças crônicas, dores persistentes e sofrimento mental. Isto é, vivem mais tempo, mas frequentemente com limitações físicas, emocionais e sociais que poderiam ser prevenidas”, avalia Lia Cruz da Costa Damásio,

ginecologista e diretora de Defesa e Valorização Profissional da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo).

O sofrimento acumulado é fruto tanto de uma história da evolução científica, que privilegiou modelos masculinos de atendimento à saúde, como da naturalização da dor feminina. “Doenças exclusivas ou predominantemente femininas, como endometriose e ovários policísticos, recebem menos investimento e há menor número de ensaios clínicos, além de atraso na incorporação de tecnologias e tratamentos”, compara Lia, lembrando ainda que as mortes por causas evitáveis ocorrem mais entre mulheres negras, indígenas, com deficiência ou em situação de pobreza. Ainda que insuficientes, há avanços mensuráveis na saúde feminina, como o índice de mortalidade materna, que vem caindo desde a década de 1990. Mas a médica ressalta que não se trata só de melhorias científicas — os avanços acontecem graças ao aumento da educação, do protagonismo feminino e da maior visibilidade das pautas que interessam às mulheres.

Mesmo diante de tantas dificuldades, elas seguem lutando por equidade. “Existe na sociedade uma perspectiva de que o papel da mulher é o de cuidar dos filhos e ser submissa. Mas há um choque de perspectivas, porque não estamos mais aceitando isso”, afirma a advogada Alice.

“A PERDA DE AUTONOMIA ECONÔMICA É GRAVE, PORQUE IMPEDE A MULHER DE FAZER ESCOLHAS. SE ELA VIVE NUM CICLO DE VIOLÊNCIA, AINDA QUE SEJA A MORAL, É DIFÍCIL QUE CONSIGA SAIR SEM TER AUTONOMIA ECONÔMICA.”

MARILANE TEIXEIRA, economista, professora e pesquisadora no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp)

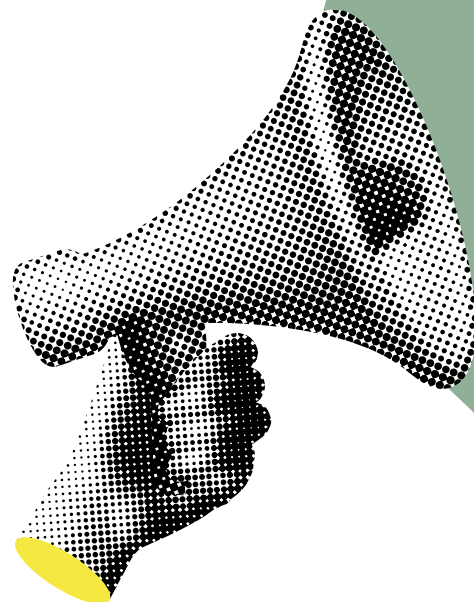
Embora a equidade não esteja num horizonte próximo, há sinais positivos. “É um problema complexo, mas não podemos perpetuar o que está errado. Apesar de tudo, vejo que as pessoas já têm mais letramento sobre desigualdade de gênero, o que é um primeiro passo”, pondera a consultora Joana. Mas uma mudança cultural tão profunda precisa que o máximo possível de pessoas esteja envolvido. “A desigualdade é ruim para toda a sociedade, por isso acredito que nosso esforço para mudar tem de ser coletivo”, opina a economista Marilane.

A designer Marina garante que não vai deixar de circular pelas ruas da cidade durante o dia, mas decidiu fazer algumas aulas de defesa pessoal. E toda vez que um parente lhe procura para dizer que ela precisa cuidar do pai, ela concorda, mas pede para a pessoa ligar e falar o mesmo para o irmão. Os chamados atos de microfeminismo são um passo para a transformação, e um pequeno alívio cotidiano para tantas mulheres como Marina.

&



O PAPEL DAS EMPRESAS NA DEFESA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA



O desafio de fortalecer as instituições é coletivo, e a participação ativa do setor privado contribuirá para que a dignidade humana seja uma realidade para todos e todas


CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*

O Brasil atravessa um momento em que os desafios climáticos, as desigualdades estruturais e a solidez das instituições democráticas não podem mais ser tratados de forma isolada, exigindo respostas articuladas de toda a sociedade. Nesse cenário, o setor privado não é apenas um motor econômico, mas um agente político capaz de influenciar políticas, moldar comportamentos e gerar a confiança necessária para a estabilidade social. É fundamental que as lideranças empresariais compreendam que, diante da erosão democrática, a neutralidade não é uma opção viável, pois tem um custo maior do que o engajamento ético. As empresas não são somente beneficiárias da estabilidade social, mas também corresponsáveis diretas pela promoção e pela preservação dessa condição, mediando a interconexão entre sociedade e Poder Público.

O Instituto Ethos considera que o fortalecimento da democracia brasileira está intrinsecamente ligado ao combate às desigualdades em todas as suas instâncias e dimensões. A relação entre desigualdade e democracia é de causalidade negativa, uma vez que disparidades socioeconômicas acentua-

das corroem as instituições ao gerar assimetrias de poder, por meio de financiamento, lobby, acesso a instâncias decisórias etc. Práticas de corrupção e fraudes, muitas vezes facilitadas pela falta de transparência, desviam recursos que deveriam garantir direitos básicos — como saúde, educação e segurança pública —, ampliando o abismo social. As desigualdades racial e social, por sua vez, geram descrença no processo democrático e diminuem a participação política.

No mundo corporativo, essa exclusão é visível, principalmente, no topo das pirâmides hierárquicas. A pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas 2023–2024, conduzida pelo Instituto Ethos, mostra que, nas maiores corporações do Brasil, a porcentagem de mulheres brancas em cargos de alta liderança é de 20%, enquanto a de homens negros é de 7% e a de mulheres negras, de apenas 2,6%. Esses dados evidenciam a interseccionalidade da exclusão e a necessidade urgente de políticas afirmativas consistentes, pois a redução dessas disparidades é condição essencial para um mercado dinâmico e

para a solidez da nossa democracia. Promover uma diversidade no ambiente corporativo que abranja também os postos de gestão não é só justiça social e ação afirmativa. É, antes de tudo, uma forma salutar de ampliar vozes nos processos decisórios, reduzir vieses institucionais e fortalecer a legitimidade organizacional.

No setor privado, a defesa da democracia manifesta-se prioritariamente na garantia da integridade e da liberdade das pessoas trabalhadoras, especialmente em períodos eleitorais. O assédio eleitoral — caracterizado por qualquer coação, ameaça ou promessa de benefício baseada em convicções políticas — representa uma violência psicológica grave que interfere na soberania do processo democrático. A crescente precarização do trabalho resulta em mais suscetibilidade a práticas autoritárias por parte de empregadores ou contratantes, gerando medo de represálias, o que leva ao silêncio político. Em 2022, o Brasil registrou milhares de denúncias dessa natureza, tornando evidente que as companhias devem adotar mecanismos robustos de prevenção. A integridade deve ir além do simples *compliance*, consolidando-se como um compromisso com a dignidade humana para garantir que as estruturas corporativas não sirvam de apoio a iniciativas que atentem contra as instituições ou contra a liberdade de exercício da cidadania. Para tanto, é necessária a implantação de protocolos claros e auditáveis contra o assédio eleitoral.

A fim de que essa defesa seja efetiva, o setor empresarial deve converter intenções em ações concretas e contínuas que fortaleçam o Estado democrático de direito, o que inclui a revisão de políticas de lobby e de relações governamentais, com critérios éticos e garantia de representatividade de diversos segmentos da sociedade. As empresas devem também assu-

mir compromissos públicos contra o financiamento de iniciativas antidemocráticas, ou que deliberadamente propaguem desinformação. Além disso, devem envolver colaboradores em programas de incentivo ao exercício da cidadania, estimulando o voto consciente, o debate e a reflexão sobre pautas cívicas relevantes. No campo tecnológico, as expansões da Inteligência Artificial (IA) e da comunicação digital exigem uma governança de dados responsável para combater a desinformação, garantindo um clima corporativo estável e uma sociedade baseada na confiança.

O Instituto Ethos reafirma o seu papel como articulador técnico dessa agenda, oferecendo balizas como o Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades e o *Guia de Responsabilidade Social Empresarial no Processo Eleitoral*. Compreendemos que a democracia é o solo fértil onde os negócios prosperam com previsibilidade e transparência, transformando o imperativo ético em uma poderosa alavanca de geração de valor em longo prazo. Ao adotar a integridade como um compromisso inegociável com o País e com as pessoas, as lideranças empresariais podem destravar as mudanças estruturais necessárias para a construção de um Brasil mais justo, ético e sustentável. O desafio de fortalecer nossas instituições é coletivo, e a participação ativa do setor privado contribuirá para que a dignidade humana seja uma realidade para todos e todas.

&



INCLUIR E PERTENCER

Novo decreto abre debate sobre o papel da escola regular e das instituições especializadas na educação de crianças e adolescentes com deficiência

texto LUCIANA ALVAREZ



Crianças e adolescentes com deficiência devem frequentar a escola regular ou alguns deles seriam mais bem atendidos em instituições especializadas? Essa é uma questão que provocou polêmica entre o Ministério da Educação (MEC), instituições da sociedade civil e famílias de crianças com deficiência. Em outubro do ano passado, um decreto federal dizia que a educação de quem precisa de inclusão deveria ser universalizada em turmas regulares, isto é, com todos juntos. Depois de forte pressão, o governo alterou a redação do decreto. Agora, a Política e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva admitem que alguns alunos estudem em instituições especializadas.

Numa leitura superficial, a mudança no documento pode parecer sutil. O trecho em que estava escrito “assegurar que os estudantes público-alvo da educação especial estejam incluídos em classes e escolas comuns” foi alterado para “têm o direito a ser incluídos em classes e escolas comuns”. No entanto, além da redação, o próprio objetivo da política foi alterado — se, antes, tinha a meta de “universalizar a matrícula na educação básica para o público da educação especial, dos quatro aos dezessete anos de idade, em classes comuns da rede regular de ensino”, a segunda versão diz “garantir a educação bási-

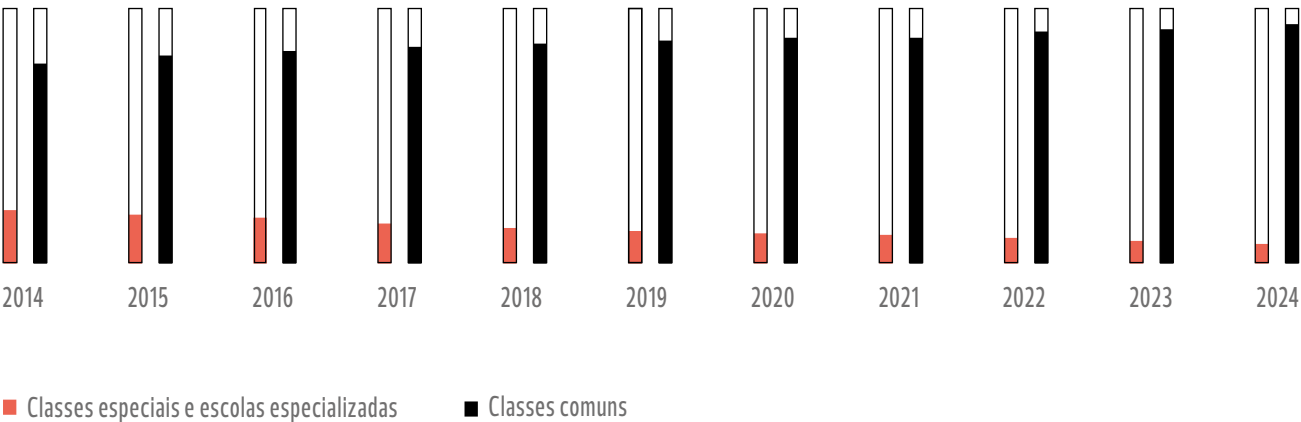
ca para o público da educação especial, de zero a dezessete anos de idade, asseguradas as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais”.

Cacilda Veronesi, diretora pedagógica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) de Maringá, no Paraná, e coordenadora de Educação das Apaies do Estado, é uma das vozes que comemoram a segunda versão. “Fomos pegos de surpresa com aquele decreto. Muitas famílias ficaram angustiadas, sem saber se teriam de tirar os filhos da nossa escola”, relata. No Paraná, as Apaies são registradas como escolas regulares, oferecendo aulas para crianças e jovens com deficiência intelectual ou deficiências múltiplas que incluam a intelectual.

O trabalho da Apaie que Cacilda dirige extrapola o da escola — há o Centro Dia para idosos com deficiência, projetos para inserir Pessoas com Deficiência (PcDs) no mundo do trabalho e também atendimentos de saúde e assistência social. Mas, dos mil atendidos, 730 são estudantes regulares da educação básica. “Temos visto uma mudança no público das Apaies. Há cada vez mais famílias cujos filhos têm laudo de autismo e nos buscam como uma opção de atendimento diferenciado”, explica. Segundo ela, a escola tem sempre lista de espera, com muitas famílias vindas de outros Estados.

O Paraná transformou-se num centro de educação especializada no Brasil, do tipo que separa os estudantes com deficiências. São 343 escolas desse tipo, mantidas por entidades privadas, como no caso das Apaies, das associações Pestalozzi e de outras, mas que recebem verbas públicas para o atendimento. De acordo com o Censo Escolar de 2024, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 31,9% dos estudantes com deficiência no Paraná estão em classes especiais. A média brasileira é de 7,4% e vem caindo nos últimos dez anos. No Estado de São Paulo, cerca de 10% dos alunos que precisam de inclusão estão separados em classes especiais.

ONDE ESTÃO OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?



O caminho mais comum para que crianças sejam matriculadas nas Apaes do Paraná começa cedo: elas chegam ainda na educação infantil com demandas específicas de apoio pedagógico, mas, em geral, sem laudos que definam transtornos ou deficiências. “Ajudamos na procura por diagnóstico e a entender se aquele aluno precisa de escola especializada ou se consegue seguir na turma regular.” Se for diagnosticado um autismo de nível 1, por exemplo, a criança deve ser encaminhada para a escola padrão da rede pública. “Mas muitos pais, mesmo nesses casos, pedem para o filho ficar na Apaes”, conta Cailda.

Há também famílias que chegam mais tarde, decepcionadas com a falta de inclusão real das escolas comuns. “Recentemente, uma família pediu vaga contando que o filho ficava com o AEE [Atendimento Educacional Especializado, profissional de apoio escolar] só passeando pelo pátio, nem entrava em sala de aula para não atrapalhar. Há convívio com outras crianças, claro, mas acreditamos que todos têm o direito de aprender”, ressalta a diretora.

As Apaes oferecem turmas menores, profissionais de enfermagem para apoio nos casos de necessidades médicas e um tempo maior para o aprendizado — cada ano do ensino fundamental é concluído em dois anos letivos. Assim, os estudantes terminam o fundamental 1 por volta dos 15 anos de idade. “Precisamos ver onde cada criança vai ter o atendi-

mento mais adequado. As Apaes estão há quase 70 anos fazendo esse trabalho, temos *expertise* e entendemos que nem todos se adaptam à escola comum”, resume.

DIFICULDADES PARA TODOS

Os problemas da escola pública são bem conhecidos — muitos alunos por professor, formação inadequada, infraestrutura deficiente, entre outros. São os obstáculos que milhões de estudantes enfrentam diariamente, tenham ou não necessidades específicas para a aprendizagem. Por isso, muitos estudiosos e ativistas da causa defendem que as dificuldades de atendimento às crianças que precisam de inclusão devem ser combatidas, aperfeiçoando a escola para todos, e não segregando esses estudantes.

“No Estado de São Paulo, por exemplo, temos mais de 50% dos professores com contratos precários, sem perspectiva de continuidade na unidade em que atuam ou na própria rede”, destaca Biancha Angelucci, professora na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), que trabalha com educação especial. Dos cerca de 154 mil docentes da rede estadual paulista, 81 mil são temporários, segundo o último Censo Escolar, de 2024. Se esse quadro é ruim para os alunos de forma geral, torna o desenvolvimento ainda mais desafiador para aqueles que precisam de apoio extra. “Na prática, vamos ter uma equipe que vai elaborar o plano de atendimento

educacional especializado, que vai conhecer o estudante, observar quais são as barreiras para ele naquele ambiente e propor soluções. Mas sem a permanência desses profissionais, outras pessoas vão aplicar as medidas no ano seguinte. Sempre há algum prejuízo nessa troca, e o plano não vira processo”, opina.

Biancha reconhece que, para os alunos e suas famílias, a sensação pode ser de Dia da Marmota, em que é sempre preciso recomeçar da estaca zero [em referência ao filme norte-americano *Feitiço do tempo*, de 1993]. “Para quem tem barreiras de interação e comunicação, toda vez que chega uma nova professora, é preciso estabelecer novamente o vínculo e a confiança, conhecer os códigos para a comunicação. Sem continuidade dos profissionais, é preciso repetir os mesmos procedimentos”, exemplifica.

Ainda assim, a docente não tem dúvidas de que o lugar das crianças com deficiências ou transtornos, quaisquer que sejam, é nas classes regulares, junto com todos. Isso porque essas crianças e adolescentes precisam aprender a conviver em sociedade, assim como a sociedade precisa aprender a conviver com elas. Nas turmas regulares, os estudantes com deficiência podem ser preparados para a vida e estimulados a continuar estudando. “É só na escola comum que eles avançam na educação. As matrículas em escolas especializadas concentram-se nos anos iniciais do fundamental. Não temos dados para acompanhar o que acontece com esses alunos quando terminam o quinto ano. É só nas classes comuns que encontramos estudantes com deficiências nos anos finais e no ensino médio”, pontua.

MUDANÇA EM CURSO

Karolyne Ferreira, coordenadora de Advocacy do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), lembra que a inclusão nas classes regulares é uma demanda antiga de PcDs, que vem sendo conquistada graças a uma mobilização que se intensificou nas últimas décadas. “Se analisarmos historicamente, antes, essas pessoas ficavam presas em casa ou institucionalizadas. Depois, passaram a frequentar espaços e organizações como as Apaes,

que eram os únicos locais de atendimento para esse público. Mas nossa luta é para que ocupem todos os espaços, sem segregação”, pondera.

A coordenadora entende as preocupações dos pais, mas defende que a educação em turmas regulares é o melhor caminho no longo prazo. “Respeito os receios das famílias. Só quem está nesse lugar sabe a sobrecarga que é a parentalidade de um filho com deficiência. Mas não podemos perder de vista que precisamos formar essas crianças para que tenham condições de serem adultos autônomos e independentes. Se isolamos, privamos de contato, como vão viver no mundo mais tarde?”, questiona. Karolyne também acredita que a discussão pode ser mais positiva se focar em como as instituições que historicamente educaram as crianças com deficiência, como as Apaes, podem apoiar as escolas regulares sem retirar esses alunos da convivência ampla. “Devemos buscar modelos de cooperação, e não de segregação”, sugere.

Além desse grande ponto de divergência, Karolyne enfatiza que o decreto trouxe pontos positivos, como o fato de deixar claro que os estudantes não precisam de laudos médicos para

acessarem a educação especial. “O laudo virou uma forma de as famílias terem seus direitos respeitados e se fazerem ouvir pelas escolas. Mas a lei nunca pediu laudo”, esclarece. Decisões pedagógicas devem ser tomadas pela escola. E isso implica quebrar um outro paradigma: o do modelo médico. “Um diagnóstico não define a criança. Um médico pode entender sobre autismo, mas o professor tem de ser o responsável pela pedagogia, decidir como deve ser o atendimento especializado. São saberes diferentes e complementares”, afirma.

Apesar de todos os desafios, o Brasil tem avançado no caminho da inclusão educacional. E uma escola que inclui de verdade é boa para todo mundo. “Um professor que estuda estratégias didáticas para um aluno com deficiência melhora suas aulas para todos. Uma escola que abraça e acolhe estudantes com deficiência é levada a repensar suas práticas e seus espaços, melhorando os relacionamentos e o ambiente”, finaliza Karolyne.

&

**EM 2020, FORAM 1,3 MILHÃO DE
MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL,
ENTRE TURMAS EXCLUSIVAS E
REGULARES. EM 2024, O NÚMERO
CHEGOU A 2.076.825, UM AUMENTO
DE 58% SEGUNDO O CENSO ESCOLAR**



POLÍTICA: TABU NOS GRUPOS DE FAMÍLIA, MOBILIZAÇÃO NAS CAMPANHAS

texto AGÊNCIA BORI*

Os brasileiros se políam cada vez mais sobre o que compartilham em aplicativos de comunicação, como WhatsApp e Telegram, e evitam entrar em discussões políticas. Por outro lado, mantêm-se em grupos criados por campanhas eleitorais e recorrem a publicações no status desses aplicativos como meio de manifestar suas preferências.

Os dados, que indicam um amadurecimento no uso político do WhatsApp e do Telegram, são da quinta edição da pesquisa Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Men-

sagem: Hábitos e Percepções de Brasileiros, realizada pelo InternetLab e pela Rede Conhecimento Social, divulgada para a imprensa pela Agência BORI.

Os pesquisadores entrevistaram 3.113 pessoas — maiores de 16 anos e usuárias de aplicativos de mensagens — nas cinco regiões do Brasil, entre 20 de novembro e 10 de dezembro de 2024. Os resultados foram analisados a partir de uma metodologia mista (qualitativa e quantitativa), ao passo que os respondentes foram segmentados por idade, gênero, cor/raça, classe social, es-

colaridade, região, tamanho do município, religião e posicionamento político autodeclarado. A margem de erro é de 3 pontos percentuais (p.p.).

GRUPOS DE CAMPANHA, CANAIS DE MOBILIZAÇÃO

Segundo os autores, os grupos de apoio a candidatos ou partidos servem como canais de mobilização online e offline. “Existe um refinamento dessa estratégia de grupos por parte tanto de apoiadores quanto de campanhas”, afirma Heloisa Massaro, diretora de Pesquisas e Operações do InternetLab. Metade das pessoas declara que os grupos continuaram ativos após as eleições de 2024, servindo tanto para os candidatos manterem contato com os eleitores quanto para os participantes acompanharem as ações dos políticos.

Dentre os participantes de grupos que falam sobre política, destacam-se homens, pessoas com ensino superior, moradores de capitais e de classe mais alta. No recorte de gênero, observa-se que as mulheres são as que mais temem participar de debates políticos e demonstram mais preocupação com o que dizem nos grupos. Os homens, por sua vez, sentem-se mais à vontade para expressar opiniões políticas.

A pesquisa também aponta que o status do WhatsApp funciona como uma ferramenta incorporada ao cotidiano: 90% dos usuários consumiram e 76% publicaram conteúdos no recurso. Mais da metade utilizou-o para acompanhar e/ou postar sobre política. Segundo o relatório, a preferência pelo status deve-se ao seu caráter menos invasivo. “Há uma auto-organização do cidadão votante. Se ele não puder se posicionar politicamente por causa do seu trabalho, ele pode tirar uma foto usando a camiseta da cor associada ao candidato e postar no status”, avalia Marisa Villi, diretora-executiva da Rede Conhecimento Social, que promove a construção participativa de conhecimento.

Essa estratégia política de comunicação digital deve permanecer nas eleições de 2026, com o importante acréscimo da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta para a produção de conteúdo. O estudo aponta que 50% dos respondentes já usavam a IA da Meta no WhatsApp, lançada dois meses antes das entrevistas, e os mais jovens foram os principais entusiastas, com uma taxa de 62% de utilização entre os que têm de 16 a 19 anos.

O relatório ainda destaca o aumento, em 2024, do número de pessoas que admitem ter repassado notícias sem checar a fonte (41%), quebrando a tendência de queda observada desde

2022. “Existe uma consciência generalizada de que *fake news* é má e o correto é fazer a checagem da informação antes de repassar, mas temos dois gargalos. Um que é como fazer com que as pessoas apurem o que recebem, mesmo que tenha sido enviado por uma pessoa de confiança; outro, ainda mais desafiador, é como garantir que as fontes de confirmação sejam de fato confiáveis”, adverte Marisa.

WHATSAPP PARA VÍNCULOS, TELEGRAM PARA INTERESSES

A escolha entre WhatsApp e Telegram varia conforme o objetivo da comunicação, segundo a pesquisa. Enquanto o primeiro é visto como um aplicativo de comunicação com pessoas conhecidas — família, amigos, colegas de trabalho, grupos religiosos e de moradores do bairro —, o segundo é um espaço para interação por afinidades e assuntos de interesse.

A diferença reflete-se nos tipos de grupos que predominam em cada plataforma. No WhatsApp, os grupos de família (54%) e amigos (53%) lideram; no Telegram, grupos de notícias (23%), promoções (23%) e jogos (20%) são tão relevantes quanto os de amigos (27%) e de trabalho (23%). O autopolicimento no WhatsApp contrasta com o uso mais livre no Telegram, percebido como espaço de mais liberdade para acompanhar conteúdos.

A pesquisa também traz tendências em relação à dinâmica de participação. Edições anteriores mostraram que havia uma saturação de interações virtuais e a consequente saída de grupos, a maioria deles no WhatsApp. Nessa edição, o estudo aponta que a diminuição resultou em uma curadoria mais cuidadosa, voltada para a preservação da qualidade das interações, com depoimentos de pessoas que reataram laços familiares antes rompidos.

Em comparação com 2022, ano de eleição presidencial, houve uma queda no recebimento e no compartilhamento de conteúdos eleitorais em 2024, marcado pelas eleições municipais. A comparação com 2020, também ano de eleições municipais, aponta que há uma queda independentemente do tipo de eleição. De acordo com os autores, o movimento reforça a tese de que os usuários estão mais contidos e segmentando os espaços para discussão política, com participação mais “nichada” em grupos de interesses particulares.

&

RELATÓRIO MOSTRA AMADURECIMENTO NO USO DE APLICATIVOS COMO WHATSAPP E TELEGRAM, COM MAIS PESSOAS ATENTAS AO QUE PUBLICAM PARA NÃO OFENDER OUTROS PARTICIPANTES

* SOBRE A BORI

A BORI desenvolve soluções para tornar o conhecimento científico acessível, por exemplo, por meio do mapeamento e da disseminação de estudos científicos de excelência de pesquisadores do Brasil à imprensa nacional. Com o apoio do Instituto Ibirapitanga, temos uma área de sistemas alimentares que engloba a divulgação de pesquisas e treinamentos para cientistas e jornalistas. A proposta é impactar positivamente a sociedade e as tomadas de decisão com base em evidências científicas. Acesse abori.com.br ou fale com a gente no bori@abori.com.br.

PB



texto DIMALICE NUNES

Para ler

NASCIDOS EM TEMPOS LÍQUIDOS: TRANSFORMAÇÕES NO TERCEIRO MILÊNIO

Zygmunt Bauman e Thomas Leoncini — Editora Zahar, 2025



Pouco antes de morrer, em 2017, aos 91 anos, Zygmunt Bauman trocava intensa correspondência com o jornalista italiano Thomas Leoncini, 60 anos mais jovem. Nos diálogos, Bauman e Leoncini refletem sobre as gerações que desde o berço pertencem a uma sociedade líquida e em contínua mudança. A partir de experiências distintas, eles conversam a respeito dos mais diversos fenômenos da cultura atual, na era das mídias sociais — cirurgia plástica, tatuagens, *hipsters*, *bullying*, *web* e dinâmicas sexuais e amorosas. O diálogo virou livro, agora em nova edição. Nesta obra póstuma, Bauman propõe revisitar valores abandonados como caminhos possíveis para o futuro.

Para ler e ouvir

PODCAST MANO A MANO — SPOTIFY

Mano a Mano — Companhia das Letras, 2025



Ao longo de quatro temporadas, o *Mano a Mano* — podcast original Spotify conduzido pelo rapper Mano Brown, líder do Racionais MC's — consolidou-se como um sucesso entre os mais variados públicos ao levar ao ar entrevistas antológicas com convidados que vão desde lideranças políticas importantes, como Lula, Marina Silva e Dilma Rousseff, até grandes nomes do pensamento social, da comunicação, das artes, da música e do esporte — como Sueli Carneiro, Glória Maria, Conceição Evaristo, Emicida e Ronaldo Fenômeno. Agora, 20 entrevistas e trechos selecionados de todas as personalidades que conversaram com Brown e a jornalista Semayat Oliveira, copresentadora do podcast, foram reunidas em livro, acompanhadas de fotografias dos bastidores das gravações e introduções inéditas para cada entrevista, escritas por Brown.

Para ver

PARA VIGO ME VOY — GLOBOPLAY

Direção de Lírío Ferreira e Karen Harley



O documentário retrata a carreira de Cacá Diegues, falecido em 2025, um dos cineastas mais profícuos do cinema brasileiro. O longa navega entre seus filmes e sua trajetória pessoal, com trechos das obras intercalados com entrevistas do diretor ao longo de 60 anos de carreira. O filme acompanha a evolução de seu cinema e de seu discurso, costurando esse diálogo com imagens inéditas da última filmagem de Diegues — *Deus ainda é brasileiro* —, uma sessão de *Bye bye Brasil* na Favela do Vidigal e um grande encontro do cineasta com artistas que foram companheiros de jornada.

Para ver

O PODER DE MINHAS MÃOS — EXPOSIÇÃO

Sesc Pompeia — até 26 de abril



O Sesc São Paulo inaugura, por ocasião da Temporada França-Brasil 2025, a exposição *O poder de minhas mãos*, circulação da mostra homônima *The Power of my Hands*, exibida pela primeira vez na Temporada África 2020 (Saison Afrique 2020). Com curadoria de Odile Burluraux, Suzana Sousa e Aline Albuquerque, é uma representação coletiva e significativa da produção artística de mulheres do Brasil, da França, do continente africano e da sua diáspora. As 25 artistas têm conexões que refletem uma espécie de reivindicação de uma expressão artística particular, com obras apresentadas em quatro eixos curatoriais — Estórias Pessoais, Histórias e Ficções, Pessoal É Político e Performances. Esses eixos buscam difundir de maneira dialógica as obras das artistas que, a partir de uma perspectiva feminina, buscam ampliar os espaços de participação das mulheres no cenário da arte contemporânea, principalmente do Sul Global.

Dois séculos de Dom Pedro II e Camilo Castelo Branco

Na literatura e nos estudos literários, as efemérides sempre têm lugar especial, pois sugerem (re)avaliações críticas, novas abordagens, publicações temáticas etc. Em 2025, tivemos dois bicentenários de nascimento de figuras de imensa importância para as literaturas brasileira e portuguesa: Dom Pedro II e Camilo Castelo Branco.

Ambos foram amigos, como atesta uma ampla documentação recíproca — cartas, telegramas, diários e fotografias —, salvaguardada nos respectivos arquivos. Dom Pedro II conheceu Camilo em 1871, durante a sua primeira viagem a Portugal, no momento em que passou pela cidade do Porto. De lá, tomou um trem e foi até o conselho de São Miguel de Seide, em Vila Nova de Famalicão, onde residia o grande escritor. A admiração do monarca pelo romancista já era imensa, mas fortaleceu-se após essa visita e o impacto que esta causou para o seu íntimo de homem das letras e das ciências. Meses depois do encontro, Camilo enviou esta carta a Dom Pedro II:

Meu amigo,

O pior é que todos havemos de pagar a infâmia de meia dúzia de biltres. Tenho lido com espanto e até com lágrimas no coração, o que por aí se imprime contra o imperador. A garotice das “Farpas” não tem sequer graça que lhe descontemos. As caricaturas não chegaram cá por enquanto; mas deste chafurdeiro já esparrinhou lama que farte. Há dois opúsculos à competência de sórdidos. Em um sou eu escoiceado por besta anônima; noutro, que se chama o palhaço, é d. Pedro assobiado com desbragada gaiatice. A maioria destes cidadãos gostam e aplaudem. Que infeliz ideia teve o imperador de vir a esta estrebaria! Quem me dera ler o que os brasileiros lá hão de escrever a nosso respeito!

Pouquíssima saúde, meu amigo e vontade de escrever nenhuma. (...) Tenho um filho doente. Chega o médico. Vou ver se intendo a moléstia na cara do doutor. Nunca me deixam estes bocados amargos.

*De v. ex.^a Amigo do coração
Porto, 10 de abril 1872.*

Camillo Castello Branco

Alguns aspectos críticos chamam a nossa atenção: a) a forma de tratamento “meu amigo”, algo totalmente equivocado quando se tratava de um monarca, mas que demonstra a imensa amizade entre ambos; b) a defesa de Camilo em relação ao imperador em razão das críticas feitas a este no periódico republicano *As farpas*, editado por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão; c) o tom confessional e sincero, próprio da correspondência entre amigos.

Nas outras cartas trocadas, o estilo e o conteúdo amistoso permanecem, confirmando os fortes laços que uniam o imperador e o autor de *Amor de perdição*, um dos mais importantes romances da literatura portuguesa. Não são poucos os registros que Dom Pedro II fez, no seu diário, a respeito do amigo. Dentre as tantas, ressalto esta, de 11 de junho de 1890, poucos dias após a trágica morte — por suicídio — de Camilo:

Recebi pormenores da morte e do enterro — chamar de covarde o suicida é escarrar na face de um morto. Não se pode ser mais cruel nem mais infame. Quando confronto a minha covardia com as tentações redentoras do suicídio então compreendo a grandeza de ânimo dos que se matam. A vida dos desgraçados irremediáveis seria um pérfido escárneo do Criador se o suicídio lhes fosse defeso — Um dos cânticos do “Inferno”, de Dante, é um poema de lágrimas.

Trata-se de uma das afirmações mais sinceras e humanas feitas pelo imperador em seu diário particular, o que nos permite adentrar um pouco no seu mundo pessoal. Longe de defender o ato em si, Dom Pedro II sai em defesa da memória do amigo, independentemente do seu ato trágico e findo. Era a pessoa do escritor que estava sendo julgada e difamada, especialmente pela imprensa local, muito conservadora à época.

Nessa memória dos 200 anos de nascimento de Dom Pedro II e de Camilo Castelo Branco, temos uma excelente oportunidade para (re)avaliarmos os seus legados e conhecermos um pouco mais de suas vidas e das suas obras.



LEANDRO GARCIA,
*professor na
Faculdade de Letras da
Universidade Federal
de Minas Gerais
(UFMG) e presidente
da Academia
Petropolitana de
Letras (APL)*





CHINA, 50 ANOS DEPOIS DE MAO

O ano de 1976 foi de transição e instabilidade no gigante asiático. Em janeiro, morre o primeiro-ministro Chou En-Lai. Em setembro, quem morre é o próprio “grande timoneiro” da Revolução chinesa, Mao Tsé-Tung, deixando o país na mão da chamada Gangue dos Quatro.

texto HERBERT CARVALHO

A partir de janeiro de 1976, uma sucessão de acontecimentos muda o rumo da história da China. Primeiro, morre Chou En-Lai, que exercia o cargo de primeiro-ministro desde 1949 — quando o Partido Comunista chega ao poder e funda a República Popular da China. O luto por sua morte transforma-se na primeira onda de protestos na Praça da Paz Celestial, em Pequim, tomada por manifestantes que exigiam o fim da Revolução Cultural. Esse movimento desencadeou, em 1966, uma década de perseguições a intelectuais e de prisões e torturas de militantes acusados de serem contrarrevolucionários.

Em setembro, quem morre é o próprio Mao Tsé-Tung, e o país passa para o controle da Gangue dos Quatro, incluindo a sua esposa, Chiang Ching. Em outubro, entretanto, eles são presos por Hua Guofeng, apoiado por militares, o que põe fim à Revolução Cultural. Ainda assim, são mantidas as políticas maoístas de ortodoxia comunista, que se revelam anacrônicas num país que deixa de ser isolado do restante do

mundo em 1972, quando reata relações com os Estados Unidos e ingressa na Organização das Nações Unidas (ONU), passando a integrar o Conselho de Segurança.

ECONOMIA EM COLAPSO

O panorama econômico da China nos anos 1970, quando a sua população era de aproximadamente 800 milhões de pessoas, era desastroso. O Grande Salto para a Frente — lançado entre 1958 e 1960 para transformar o país agrário em uma nação socialista industrializada, nos moldes da antiga União Soviética — levou a sucessivos déficits fiscais que, da ordem de 7,11% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1974, salta para 29,62%, em 1976. As exportações não chegavam a US\$ 20 bilhões. Milhões de chineses passavam fome.

Nessa conjuntura, que ameaçava descambar para uma revolta popular, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCC) decide reabilitar Deng Xiaoping, sobrevivente de sucessivos expurgos, para comandar um amplo programa de reformas que tem

início em 1978. Recai sobre seus ombros, aos 72 anos, a tarefa de introduzir elementos de mercado, permitir lucro privado e atrair investimentos estrangeiros inicialmente restritos às Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). As suas Quatro Modernizações focavam a Agricultura, a Indústria, a Ciência e Tecnologia e a Defesa.

DO CAMPO À CIDADE

Num país majoritariamente rural e atrasado, Xiaoping decide começar as mudanças pela Agricultura. “Ele percebeu, de maneira muito sagaz, que as mesmas forças (camponeses) que haviam levado os comunistas ao poder, em 1949, seriam o motor das reformas econômicas”, escrevem Elias Jabbour e Alberto Gabriele no livro *China: o socialismo do século XXI* (Editora Boitempo, 2021). Parcelas de terrenos são dadas às famílias para o cultivo privado, num processo caracterizado pela liberalização sem privatização, que estabelece um sistema cooperativado de abastecimento capaz de superar a escassez na produção de alimentos enquanto abre mercado para produtos manufaturados.

Dessa forma, reverte-se a lógica das relações entre campo e cidade, desfavorável à Agricultura, típica do modelo soviético. O PIB agrícola, que crescia em média 2% ao ano (a.a.) de 1952 a 1978, salta para 4,5% entre 1978 e 2018. O país torna-se autossuficiente em arroz, trigo e milho. No fim da década de 2010, existiam 25 mil cooperativas agrícolas, abrangendo mais de 21 milhões de famílias.

Em paralelo, surge, na costa meridional chinesa, entre a fronteira com Hong Kong e Macau e diante de Taiwan, as primeiras quatro ZEEs que ofereciam incentivos para que empresas estrangeiras instalassem equipamentos e máquinas de produção para exportação. Além da transferência de tecnologia, dali difundia-se para todo o país uma cultura empresarial que legitimava, também no ambiente urbano, o lucro privado crescente nas áreas rurais. No fim dos anos 1980, cidades como Shenzhen transformaram-se em centros prósperos e modernos, com renda per capita superior a US\$ 5 mil.

‘ENRIQUECER É GLORIOSO’

A frase acima, atribuída a Xiaoping, torna-se símbolo da modernização de uma nação que continua sob o comando do PCCh, mas abraça

o empreendedorismo e a economia de mercado para desenvolver-se. Já o provérbio chinês “Não importa a cor do gato, desde que ele cace o rato” é efetivamente apropriado por Xiaoping para responder aos que afirmavam estar a China se tornando um país capitalista. Ao ressaltar que resultados devem se sobrepor às questões ideológicas, ele caracteriza a experiência como “economia socialista de mercado” e “socialismo com características chinesas”.

Quando Xiaoping lançou suas reformas, em 1978, a economia chinesa tinha apenas 5% do tamanho da dos Estados Unidos, com um PIB per capita igual ao da Zâmbia. A China apresentou, entre 1980 e 2019, o impressionante crescimento de 9,2% de seu PIB a.a., em média, índice também acompanhado pela renda per capita, que passou de ínfimos US\$ 250, em 1980, para US\$ 12.304, em 2024. Em comparação, no início dos anos 1980, a renda per capita brasileira, oito vezes superior à chinesa, hoje, é significativamente menor, da ordem de US\$ 9.475. A pobreza extrema foi eliminada em 2020 na China, tirando centena de milhões de pessoas dessa condição em quatro décadas.

CIÊNCIA, MOTOR DA INOVAÇÃO

Outra providência fundamental tomada por Xiaoping foi incorporar em seus planos científicas e intelectuais, hostilizados durante a Revolução Cultural. Da mesma forma que já havia imposto clara distinção entre partido e Estado, tirado o governo da gerência de firmas e dado mais autonomia a regiões e empresas, ele garantiu que não haveria interferência política nas pesquisas.

O resultado foi a formação de um sistema nacional de inovação capaz de colocar a China na fronteira de novíssimas tecnologias. Os investimentos chineses em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) cresceram, em média, 20% a.a. e chegaram a ser, em 2020, dez vezes superiores aos do Brasil. A cada três meses, o gigante asiático investe em infraestrutura o equivalente a todo o estoque brasileiro do setor, como evidencia a maior malha ferroviária de alta velocidade do planeta — construída em apenas dez anos.

Desde 2013, a China é o país com o maior volume de comércio exterior do mundo. As forças de mercado ganharam peso, mas atuam de forma regulada pelo Estado, que controla

de maneira seletiva o câmbio e a movimentação de capitais. O sistema financeiro é quase totalmente dominado por bancos públicos. O igualitarismo do início da Revolução deu lugar a desigualdades entre regiões e classes sociais, um problema com o qual o governo está tendo de lidar. Finalmente, emergiram bilionários e empresários privados poderosos, mas, ao contrário dos plutocratas de países ocidentais desenvolvidos, eles não têm papel político nem domínio sobre políticas públicas.

&

Chen Zhengqing (1917–1966), Public domain, via Wikimedia Commons







a culpa é da ciência

E podemos provar com evidências científicas.

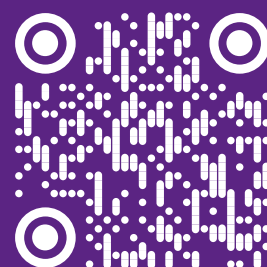
A Culpa é da Ciência é uma newsletter que compartilha notícias frescas, além de bastidores e reflexões sobre a ciência brasileira com foco nas pesquisas disseminadas pela Bori que pautaram a imprensa. Também mostramos as engrenagens que movem a construção de conhecimento científico e como ele se conecta com nossa vida prática.

Com um tom leve e direto, trazemos um olhar aguçado sobre a produção científica nacional e grandes questões que as permiam, da política científica à economia.



bori
soluções para um conhecimento
científico acessível

A "Culpa" é
sua também.
Assine e receba
gratuitamente
no seu e-mail:



aculpaedaciencia.abori.com.br



FECOMERCIO-SP | 87 ANOS
& SINDICATOS FILIADOS

NESTE EXATO MOMENTO, ESTAMOS TRABALHANDO PELO EMPREENDEDOR.

Procuramos caminhos e criamos possibilidades para o sucesso do empresário brasileiro. Representamos os seus interesses em todas as esferas de Poder, defendemos seus direitos, negociamos, produzimos conteúdo que faz a diferença, disponibilizamos produtos e serviços que agilizam os seus negócios e muito mais.



TODOS OS DIAS, FAZEMOS MUITO POR VOCÊ!
QUER SABER MAIS?

[ACESSE FECOMERCIO.COM.BR](http://ACESSE.FECOMERCIO.COM.BR)